

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS (AS)
ASSISTENTES SOCIAIS: POSSIBILIDADES PARA UM CURRÍCULO
ANTIRRACISTA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRRJ**

TALLYSON PEREIRA DA SILVA

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

**A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS (AS)
ASSISTENTES SOCIAIS: POSSIBILIDADES PARA UM CURRÍCULO
ANTIRRACISTA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRRJ**

TALLYSON PEREIRA DA SILVA

Sob orientação da Prof. Dra.

Fabiana Schmidt

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ.

Abril de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586q SILVA, Tallyson Pereira da, 1996-
A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL
DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS: POSSIBILIDADES PARA UM
CURRÍCULO ANTIRRACISTA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UFRRJ / Tallyson Pereira da SILVA. - SEROPÉDICA/RJ,
2022.
79 f.

Orientadora: Fabiana Schmidt. Trabalho de
conclusão de curso (Graduação). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social, 2022.

1. Formação social brasileira. 2. Relações étnico
raciais. 3. Formação profissional. 4. Serviço Social.
I. Schmidt, Fabiana, 1974-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Serviço Social III.
Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
COORD. CURSO GRAD. EM SERVIÇO SOCIAL



ATA Nº 1694 / 2022 - CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)

Nº do Protocolo: 23083.027488/2022-69

Seropédica-RJ, 05 de maio de 2022.

Tallyson Pereira da Silva

**A questão étnico-racial na formação profissional dos (as) Assistentes Sociais:
Possibilidades para um currículo antirracista no curso de Serviço Social da
UFRRJ**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 19 de abril de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Fabiana Schmidt
Orientadora - presidenta DEDH/UFRRJ

Prof. Dra. Tatiane de Oliveira Pinto
Membro interno - DEDH/UFRRJ

Prof. Ma. Vanessa Cristina dos Santos Saraiva
Membro externo - Doutoranda pela UERJ

(Assinado digitalmente em 05/05/2022 12:26)
FABIANA SCHMIDT
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)
Matrícula: 1868629

(Assinado digitalmente em 05/05/2022 15:05)
TATIANE DE OLIVEIRA PINTO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptoVOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matrícula: 3615478

(Assinado digitalmente em 05/05/2022 22:28)
VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SARAIVA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 097.234.267-76

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1694**, ano:
2022, tipo: **ATA**, data de emissão: **05/05/2022** e o código de verificação: **3a71040678**

Dedico este trabalho às grandes mulheres que exerceram muitos esforços para minha trajetória e dedico aos meus ancestrais que muito sangraram para construir um mundo longe das amarras do ocidente.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho às grandes mulheres da minha vida, mulheres ancestrais que permitiram minha caminhada.

Dona Tatiana Pereira, mãezinha, primeiro quero aqui declarar todo meu amor por você, sou grato por ter me dado amor, carinho, conforto e toda dedicação que uma mulher preta pôde dar. Sou grato por sempre confiar em mim, por acreditar no meu potencial e por todo dia permitir que meu sol seja aceso. Eu te amo mãe!

Agradeço imensamente pela vida das minhas avós, dona Ângela Maria e dona Jucimar Pereira. Sem vocês duas, minha trajetória de vida seria completamente diferente, vocês são as matriarcas, as mulheres ancestrais, mulheres as quais me inspiro e busco sabedoria. Agradeço por todo ensinamento, agradeço por me mostrarem como é viver como homem negro neste mundo e me defenderem dele quando eu ainda não podia fazê-lo.

Agradeço ao grandioso homem chamado, Anderson Cleiton, mais conhecido como o melhor pai do mundo. Com o senhor aprendi a escutar e olhar para o outro com empatia. Você é o melhor companheiro para tudo, seja para escutar assuntos sérios ou para uma conversa descontraída tomando uma cerveja. Sua maneira de escutar e ser esse mar de serenidade me acalma e me fascina. Eu te amo meu pai!

Não teria como passar por aqui sem mencionar duas mulheres muito especiais, minhas irmãs, Thalyta e Vitória. Sou extremamente grato por tê-las ao meu lado. Tenho certeza que nossa amizade, companheirismo e lealdade estão para além desta vida, deste corpo feito de carne e ossos. Nossa relação é espiritual, energética e implacável. Vocês são minhas maiores preciosidades, obrigado, amo vocês! Como escreve Emicida, “tudo, tudo, tudo que nós tem, é nós”.

Sou grato também à Bárbara, barbinha, prima, tia ou terceira mãe. Agradeço todo carinho, todo afeto e toda preocupação que você tem por mim e minhas irmãs. É um privilégio tê-la como amparo, você é essencial!

Ao meu grande amigo e irmão, Caíque, agradeço por nossa amizade que com toda certeza está marcada até o fim de nossas vidas, obrigado por seu meu irmão de outra mãe.

A Rural me proporcionou conhecer as pessoas mais brilhantes: Gabriela, Isabela, Karen, Marcela e Nathália. Agradeço por todo apoio, por todos os nervosos juntos e por fazerem dessa caminhada algo mais saudável. Aprendi tanto com vocês, vou levar todo conhecimento para vida. Vocês me inspiram demais meninas, não sei se conseguiria continuar essa trajetória sem vocês. Como amo vocês!

Agradeço à minha querida amiga e companheira de estágio, Lavínia, atualmente Assistente Social residente em saúde na UERJ, só para as mais chiques e brabas HAHAAAA! Lav, para além do estágio nós construímos uma amizade incrível. Lav, você é demais e merece tudo o que o universo tem de melhor para proporcionar. Te amo pretinha!

Agradeço ao Pedro, o cantor mais brabo da rural. Nós construímos uma amizade que levo para além da Universidade. Obrigado por ter me ajudado muitas vezes no comecinho da graduação e por me inspirar. Amigo, amo você.

Agradeço à rural, Universidade que me acolheu, localizada na Baixada Fluminense, cheia de contradições e especificidades. Agradeço a todo corpo docente a qual tive o prazer de aprender tanto, em especial, Fabiana, Gênesis, Tatiane e Vanessa. Vocês me inspiraram e foram necessários na minha trajetória acadêmica! Em especial à orientadora Fabiana por ter aceito traçar caminhos para construir esse trabalho comigo e também as professoras Tatiane e Vanessa por comporem a banca.

Agradeço também aos colegas de curso por partilharmos as nossas caminhadas.

Por fim, sou grato à vida, aos meus ancestrais, às mulheres pretas e homens pretos que lutam dia a dia neste país desigual e racista. Nossa luta é constante, buscamos a ruptura com todas opressões que o ocidente nos proporciona.

“Se isso tudo aqui é meu por direito, já entendi o porquê de eu me revoltar”

O que sobra disso tudo - BK’

*Primeiro, sequestra eles, rouba eles, mente sobre eles
Nega o Deus deles, ofende, separa eles
Se algum sonho ousa correr, cê para ele
E manda eles debater com a bala de vara eles, mano
Infelizmente onde se sente o Sol mais quente
O lacre ainda tá presente só no caixão dos adolescente
Quis ser estrela e virou medalha num boçal
Que coincidentemente tem a cor que matou seu ancestral*

*Um primeiro salário
Duas fardas policiais
Três no banco traseiro
Da cor dos quatro Racionais
Cinco vida interrompida
Moleques de ouro e bronze
Tiros e tiros e tiros
O menino levou 111 (Ismália)
Quem disparou usava farda (meu crime é minha cor)
Quem te acusou nem lá num tava (eu sou um não lugar)
É a desunião dos preto, junto à visão sagaz
De quem tem tudo, menos cor, onde a cor importa demais*

Ismália – Emicida

*Cada um de nós deve saber se impor
E até lutar em prol do bem estar geral
Afastar da mente todo mal pensar
Saber se respeitar
Se unir pra se encontrar
Por isso, vim propor
Um mutirão de amor*

Pra que as barreiras se desfaçam na poeira

E seja o fim, o fim do mal pela raiz

Nascendo o bem que eu sempre quis

É o que convém pra gente ser feliz.

Mutirão de amor – Jorge Aragão

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso busca contribuir com a luta das Assistentes Sociais negras e toda categoria profissional, que visam ampliar os debates acerca da questão étnico-racial de forma transversal no âmbito da formação profissional. O trabalho traz elementos fundamentais da formação social brasileira que fomentam as bases de construção do país, com isto, trazendo a importância de ter a questão étnico-racial como transversal na formação dos Assistentes Sociais à medida em que se entenda com profundidade acerca das particularidades do processo de construção da sociedade brasileira. Elucidaremos alguns pontos pertinentes para o Curso de Serviço Social na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com finalidade de rediscutir e pensar possibilidades para um currículo antirracista.

Palavras-chaves: Questão étnico-racial, racismo, formação social brasileira, formação profissional, diretrizes curriculares e Serviço Social.

ABSTRACT

This course conclusion work seeks to contribute to the struggle of black Social Workers and the entire professional category, which aim to broaden the debates about the ethnic-racial issue in a transversal way in the context of professional training. The work brings fundamental elements of the Brazilian social formation that foster the bases of construction of the country, thus bringing the importance of having the racial ethnic issue transverse in the formation of Social Workers as it is understood in depth about the particularities of the process of construction of Brazilian society. We will elucidate some relevant points for the Social Work Course at the Federal Rural University of Rio de Janeiro, in order to rediscuss and think possibilities for anti-racist curriculum.

Keywords: ethnic-racial issue, racism, Brazilian social formation, vocational training, curriculum guidelines e Social Work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MEC – Ministério da Educação

NEGGRA – Núcleo de Estudos de Gênero, Geração e Raça/Etnia

SNFPMESS – Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Sumário

Introdução	14
CAPÍTULO I.....	18
1. A formação sociorracial brasileira e a posição das populações negras na atualidade	18
1.1. A história da raça e a concepção biológica	18
1.2. O modo de produção escravista e a herança escravocrata na formação sociorracial Brasileira.....	23
1.3. Pós-abolição no Brasil e branqueamento populacional: As estratégias de genocídio do colonizador	29
CAPÍTULO II.....	37
2. As populações negras brasileiras frente ao genocídio na contemporaneidade	37
2.1. O lumpemproletariado e as populações negras do Brasil: Alguns apontamentos introdutórios.....	37
2.2. O extermínio das populações negras na contemporaneidade e a necropolítica: Uma atualização das condições escravizado e senhor	44
CAPÍTULO III.....	52
3. A formação profissional e a incorporação fragmentada das relações étnico-raciais no Brasil no âmbito do Serviço Social	52
3.1. Breve histórico da emergência do Serviço Social no Brasil e a inserção secundarizada da questão étnico-racial: Limites, avanços e desafios.....	52
3.2. Os caminhos em construção na incorporação da questão étnico-racial: Possibilidades para o curso de Serviço Social da UFRRJ	66
4. Considerações finais.....	73
5. Referências bibliográficas	76

Introdução

A motivação do tema pesquisado, muito se tem origem na aproximação com os debates acerca do racismo e suas variantes na sociedade brasileira e no mundo. Tal aproximação se deu, sobretudo, a partir da disciplina optativa que discute a violência na Baixada Fluminense, e que paralelamente, pôde-se alinhar ao processo de genocídio das populações negras na perspectiva de massa sobrando no capitalismo dependente. Ter um maior contato com a questão do genocídio, bem como uma enxurrada de noticiários que evidenciam a violência do Estado às pessoas pretas e periféricas despertaram sentimentos que outrora estiveram adormecidos. Como pessoas negras, é óbvia a afirmação de que antes da universidade a questão étnico-racial já se mostrava presente ainda que não fosse tão nítida aos nossos olhos, muito por não ter uma visão mais crítica da questão. Até o início da graduação, ainda que não houvésemos construído uma bagagem teórica e crítica que escancarasse toda problemática, o racismo sempre esteve presente. Porém, o espaço universitário, o ciclo familiar, as amizades e toda conjuntura tendenciaram para as inquietações nos anos de formação. Pode-se afirmar, que, a execução deste trabalho se fundamenta no momento de acesso à acadêmica, no entanto, as nossas experiências vivenciadas antes do espaço universitário foram os ingredientes essenciais para que este trabalho pudesse ser pensado. No geral, foram um misto de experiências e inquietações que levaram a possibilidade da existência deste trabalho de conclusão de curso.

Busca-se, portanto, deslindar as nuances acerca da secundariedade do debate étnico-racial no âmbito da formação profissional em Serviço Social, com objetivo de contribuir para os avanços da temática na profissão, agregando conhecimento para as lutas históricas de profissionais negras(os), que desde tempos atrás pontuam a necessidade de tornar a questão étnico-racial transversal na formação. Além disso, possibilitar a criação de um debate que sirva de inspiração para uma reavaliação no currículo do curso Serviço Social da UFRRJ (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO), casa a qual tive o prazer de frequentar e aprender tanto.

Considerando o processo de escravidão moderna como alicerce do capitalismo brasileiro, se faz necessário trazer todo um panorama que mapeia a historicidade do debate em questão, pois, não buscar as contradições da sociedade capitalista, bem como não retomar sua historicidade, torna-se insuficiente para uma compreensão que visa a totalidade da temática que discutiremos.

No curso de Serviço Social da UFRRJ, desde o primeiro momento da nossa trajetória na graduação, sentimos a falta de uma relação intrínseca entre capital-trabalho e a questão étnico-racial. Esses foram alguns dos determinantes para alimentar uma vontade de contribuição. Além disso, também notamos que existe essa “secundarização” acerca não apenas do racismo, mas com a questão étnico-racial como um todo, que muitas vezes é alocada num espaço de “recorte” no campo identitário e não histórico-social que determinam relações sociais. As disciplinas específicas da formação como os fundamentos sócio-históricos do Serviço Social e políticas sociais, são as que mais fazem falta de um reconhecimento sobre quem são majoritariamente os usuários dos serviços sociais e porque têm tal perfil.

Estas questões estão atreladas a toda uma construção sociorracial, em que o Serviço Social não está alheio na reprodução das mazelas do racismo como demonstrado por Ferreira (2010) e Rocha (2014), bem como do conceito de “mito da democracia racial”. Como formar profissionais que têm as expressões da “questão social” como matéria-prima no seu cotidiano profissional, mas que não compreendem a construção do Brasil em uma perspectiva crítica e antirracista?. Nesse sentido, “o debate sobre o conceito de raça/etnia é fundamental para a compreensão da questão social na dialética da formação social brasileira” (ABEPSS, 2018, p. 13).

Mesmo a formação social sendo marcada por questões que se originam nas relações étnico-raciais, a formação em Serviço Social ainda tende a marginalizar um debate transversal sobre tal ótica. São lacunas que podem pesar para um não aprofundamento da temática étnico-racial no Brasil e no cotidiano profissional, bem como nas pesquisas e projetos vinculados ao Serviço Social.

Por outro lado, quando se fala de questão étnico-racial, hoje, sobressai muito o tema do racismo aos pretos e pardos, quando relações étnico-raciais transpassa a perspectiva de racismo. Porém, tais limites precisam ser ultrapassados, para que então possa-se olhar para questões que estão para além da perspectiva racismo com pessoas negras, como por exemplo a questão indígena, quilombola, a população cigana, o apagamento cultural, as possibilidades de uma transformação social radicalmente antirracista e entre outros assuntos pertinentes ao tema.

No Serviço Social existem profissionais que debatem há décadas sobre tal necessidade de ampliação do debate das relações étnico-raciais, que alinhado a eles, busca-se aqui construir um trabalho a fim de contribuir com a luta antirracista dentro do Serviço Social e na sociedade a partir da compreensão de uma necessidade de

intervenção profissional amplamente antirracista. O debate racial na profissão passa também por uma disputa política, onde requer a quebra de um conservadorismo na categoria profissional e isso se dá no próprio movimento da categoria ao projetar mais esforços para tais pesquisas e debates para assim, como conseguinte, produzir uma práxis profissional radicalmente antirracista. Não se objetiva aqui, aprofundar todas as possíveis temáticas do campo das relações étnico-raciais, visto que o trabalho possui os limites de um TCC, que embora seja um trabalho de pesquisa mais complexo, não há como debater acerca de tudo que o tema relações étnico-raciais e Serviço Social possuem.

Sendo assim, este TCC se apresenta enquanto pesquisa qualitativa, sendo estruturado em três capítulos, onde o primeiro pretende irá deslindar as nuances da dimensão histórica acerca da concepção de raça do europeu atribuídas aos outros povos, seus mitos e a alocação da ideia de raça aos humanos a partir de uma lógica de etnocentrismo. Fundamentalmente debateremos a formação social e racial do Brasil, visando discorrer sobre os pontos chaves que demarcam primeiramente o período colonial no país, em seguida o período da monarquia ou Brasil império. Na segunda etapa, estabeleceremos um pouco as relações sociorraciais do Brasil pós-abolição a partir da constituição da República, evidenciando os elementos centrais que fomentam especificamente as contribuições de Moura (1983) na perspectiva da “franja marginal” e o genocídio das populações negras na contemporaneidade.

Tento todo este contexto exposto, no terceiro e último capítulo, entraremos na grande questão específica do trabalho, que é a formação profissional dos Assistentes Sociais a partir da necessidade da apropriação transversal da questão étnico-racial pelo Serviço Social, apresentando contradições ligadas à trajetória da profissão e um pouco de como se tem exposto o debate étnico-racial na categoria. E, para fins do capítulo, serão colocadas algumas considerações para o curso de Serviço Social da UFRRJ e possibilidades de um currículo antirracista neste momento de revisão do projeto pedagógico.

Como forma de subsidiar as questões que serão apresentadas ao longo do trabalho de conclusão de curso, serão utilizadas bibliografias de suma importância para a história da formação sociorracial no Brasil como fundamentação teórica, as quais precisam adentrar com maior adesão no âmbito da formação em Serviço Social. A exemplos de fundamentação teórica, Abdias do Nascimento, Clóvis Moura, Silvio Almeida e entre outros possuem grandes destaques. Além destes autores, para

melhor qualificar as contribuições do Serviço Social mediante as relações étnico-raciais no Brasil, Roseli Rocha e sua tese serão de importância ímpar. Assim como também destacaremos excelentes professoras Assistentes Sociais como Magali da Silva Almeida, Márcia Eurico, Rachel Gouveia, Tereza Martins e outras que construíram uma coletânea de textos de diversos pesquisadores que estão no livro “Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos”.

CAPÍTULO I

1. A formação sociorracial brasileira e a posição das populações negras na atualidade

1.1. A história da raça e a concepção biológica

É importante analisar os processos históricos por uma via crítica, entendendo que os processos não são lineares ou seguem à risca uma ordem cronológica que definirá causas e efeitos. Pelo contrário, é necessário partir da ótica dialética a qual é possível encontrar as contradições que permeiam os processos a fim de buscar a totalidade, uma vez que, são relações históricas que se vinculam umas às outras e que desencadeiam em complexas contradições.

Para Identificar os elementos que antecedem as relações raciais no Brasil contemporâneo, será necessário apropriar-se da configuração da sociedade Brasileira, isto é, partir da centralidade de que o racismo¹ está em todas as dimensões das relações sociais, raciais, de produção, política, econômica, cultural dentre outras. Entretanto, para elencar as camadas que tange a relação que o racismo possui enquanto fator ordinário na sociedade brasileira, é preciso refletir acerca da concepção ultrapassada de uma superioridade biológica dos brancos europeus, bem como da construção da perspectiva biológica e social do racismo, pois, “a histórica da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas” (ALMEIDA, 2019, p.24).

É no cerne de meados do século XVI que surgem as primeiras reflexões que correspondem à perspectiva de raça. A história da raça é marcada no âmbito do processo de acumulação primitiva do capital², no período do renascentismo³, onde as filosofias com base na religiosidade, biologia e metafísica vão entrando em colapso,

¹ Fundamentaremos a perspectiva do racismo sob as concepções do racismo na obra de Silvio Almeida (2019), em que o autor discorre acerca do racismo institucional e racismo estrutural. Onde a concepção institucional proporciona a reprodução do racismo pelos aparelhos institucionais da sociedade capitalista e a concepção estrutural se baseia no privilégio do homem branco no âmbito da sociedade capitalista em que todas as relações sociais giram em torno de privilegiar o corpo branco em detrimento dos corpos racializados.

² O período de acumulação do capital onde ocorrem os primeiros processos da constituição da sociedade burguesa, como por exemplo as grandes navegações, para mais, recomendo a apreensão da obra “O capital” de Karl Marx.

³ É o momento fundamental para a concepção de homem universal por parte do europeu, é um dos momentos de ruptura com as perspectivas da igreja que junto das filosofias iluministas dos séculos seguintes colocam o homem europeu como centro do universo em queda do teocentrismo que é a concepção da igreja como centro do universo.

em decorrência da ascensão do antropocentrismo. Este por sua vez, eleva a figura do homem europeu a um patamar civilizatório a qual categoriza este homem como o ser civilizado e/ou superior em detrimento dos povos não-brancos.

A perspectiva antropológica de selvagens e civilizados partem do princípio de uma pseudocientificidade biológica do período, a qual inferiorizava outros povos, culturas e características físicas. Isto se dá a partir de uma concepção equivocada e estritamente etnocêntrica na qual somente o homem branco europeu (vide a alocação da ênfase no gênero homem) é colocado como civilizado e universal,

Ao olharmos para nossa formação sócio-histórica, percebemos o quanto o escravismo colonial se constituiu como mediação fundamental para o processo de acumulação e desenvolvimento capitalista, e que o racismo continua sendo uma engrenagem necessária para garantir a superexploração do capital sobre os corpos racializados. Por isso, é preciso entendermos que “a colonização e a escravidão são processos determinantes da formação social brasileira, e o racismo é produto fundante desses processos.” (MARTINS, 2017, p. 278 apud MOREIRA, 2020, p. 86).

O conceito de raça não surge primeiramente direcionados aos povos não-brancos, a perspectiva de raça tem sua dimensão histórica na categorização racial de plantas e animais pelo homem branco categorizava plantas e animais pelo homem branco, como um mecanismo de classificação para organizar cada grupo e posteriormente é convergido aos seres humanos.

Falar de como a ideia de raça ganha relevância social demanda a compreensão de como o homem foi construído pela filosofia moderna. A noção de homem, que para nós soa quase intuitiva, não é tão óbvia quanto parece: é, na verdade, um dos produtos mais bem-acabados da história moderna e exigiu uma sofisticada e complexa construção filosófica (ALMEIDA, 2019, p. 25).

Assim, sobre uma visão fundamentada no etnocentrismo⁴ europeu, onde o homem branco é colocado como alguém único de civilidade, bem como o intelecto superior e uma organização social superior. O que conflui para o colonialismo disfarçado de “liberdade” jogado aos povos não-brancos. Vale mencionar que o conceito de raça não é estático, segundo Almeida “por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico” (2019, p.24). Pensar por esta ótica, é possível que olhos mais atentos reflitam a história da raça com a categorização de plantas e animais, como uma relação de poder e dominação com o que se considerou inferior. Pois, a

⁴ Sob esta via a perspectiva do etnocentrismo se fundamenta na relação de centralidade e superioridade étnica, cultural, organizacional e outras.

associação de uma raça superior, seria a percepção do homem branco, trazendo assim, sua percepção de raça e que muito vai além de meramente egocêntrica, mas sobretudo de uma visão etnocêntrica europeia. Neste sentido, compreendemos que a expansão burguesa utilizou dessas ferramentas:

[...] o iluminismo constituiu as ferramentas que tornariam possível a comparação e, posteriormente, a classificação dos mais diferentes grupos humanos com base nas características físicas e culturais. Surge então a distinção filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem, que no século seguinte daria lugar para o dístico civilizado e primitivo (ALMEIDA, 2019, p. 26).

Com este ideário de raça biológica pautado na concepção racista das concepções evolucionistas, foi o que categorizou os povos não-brancos como primitivos, o que resultou em um assassinato em massa, reproduzindo o período renascentista onde ocorreram as invasões nas Américas. A racialização de outros humanos iniciou-se na negação das culturas e religiosidades indígenas nas invasões Europeias no processo de colonização. Este argumento exemplifica o fato de que o racismo não começa com as teorias evolucionistas nos séculos XIX, embora neste período a concepção racista da pseudocientificidade seja necessária para nossa análise. Porém não podemos ignorar que a catequização dos povos indígenas parte de uma perspectiva de negação religiosa e cultural embutida na lógica racista, neste caminho, colocar o racismo somente no modo de produção escravista já consolidado, promove uma leitura empobrecida e um terrível desserviço para a luta dos povos indígenas e erradicação do racismo.

Cabe mencionar que a relação entre os europeus e os colonizados, parte da expansão marítima dos portugueses e espanhóis a partir de uma posição privilegiada a qual a facilidade de acesso e domínio marítimo foram de grande importância para as explorações nas Américas. Nesse sentido, as descidas na costa oeste do continente Africano, onde os portugueses buscavam a mão de obra escravizada para a construção de riquezas no “novo mundo” e a chegada ao continente Africano antecedeu a chegada nas Américas.

Em África, mais precisamente na costa oeste a qual os portugueses tinham acesso já pelo século XIV, a relação com os povos africanos desencadeou em roubos, sequestros e reféns africanos. Mas, o que foi fundante para a maior ferida desde a antiguidade, foi o processo diaspórico que resulta no modo de produção escravista. No continente Africano, o europeu se apropriou dos combates travados pelos povos originários, em que nesses combates tinha a captura de membros dos povos rivais

como conseqüente da derrota e, então passavam a ter uma relação de serventia como um refém. Grupos étnicos que guerreavam com outros grupos, passavam a entregar os capturados em troca da sua própria liberdade. É nesta perspectiva que o europeu se apropriou para instaurar os elementos fundamentais para a construção de um novo mundo a partir do sequestro do atlântico. Vale problematizar, que, a perspectiva que o europeu coloca como justificativa de suas ações para promover a escravidão moderna, é sobretudo nova e, pela primeira vez por meio de uma concepção etnocêntrica e racista da perspectiva de raça biológica. Além disso, a questão da escravidão, que por sua vez é tão antiga, na qual diversas civilizações praticaram ao longo dos milhares de anos. No entanto, somente o europeu conduziu uma nova roupagem ao processo de escravidão, que moldam as relações contemporâneas. Nessa perspectiva, há de considerar a partir de Moura (1983) as diferenças de um refém de um grupo étnico rival em moldes da escravidão antiga e de um corpo na condição de escravo moderno,

o cativo passou a ser visto como coisa e o seu interior, a sua humanidade foi esvaziada pelo senhor até que ele ficasse praticamente sem verticalidade, a reumanização só era encontrada e conseguida pela rebeldia, na sua negação conseqüente como escravo (MOURA, 1983, p. 124).

A distinção da relação como cativo para um escravizado⁵ a partir da percepção colonial é óbvia, sendo um atribuído a serventia, refém, prisioneiro, cativo e outros. Enquanto o outro é a supressão de sua identidade humana, reduzido a visões animais, tratado como coisa, animal, inferior, selvagem, máquina dentre tantas outras visões cruéis.

Existem hoje algumas equivocadas comparações a respeito destas alocações que corroboram intencionalmente para uma justificativa e/ou naturalização da escravidão moderna, o que nitidamente traz à tona uma dimensão ideológica burguesa e racista, sobretudo com pouca criticidade sobre o tema. As justificativas utilizadas para ignorar ou romantizar a brutalidade do processo diaspórico, reduzem o que foi verdadeiramente o modo de produção escravista no Brasil, sob a via de que também ocorreu escravidão no continente Africano. Porém, o que muitos desses grupos não levam em consideração, é o fato de que a escravidão proporcionada pelo europeu, é sem dúvidas inovadora, com um papel inédito, extremamente mais cruel e

⁵ Vide considerar a partir de Kabengele Munanga, que, “escravo” refere-se a uma representação que naturaliza a condição de escravizado, enquanto este último considera o processo histórico a qual foi imposto. Portanto, utilizarei a condição de escravizado e não a naturalização do mesmo.

marcante na história. Tratar a condição de cativo como igual a de um escravizado moderno é um equívoco anacrônico e tendencioso.

Compreendida a escravidão moderna como “revolucionária” ou inédita, fica nítido que a historicidade do conceito de raça atribuído aos povos colocados a uma escala hierárquica inferior ao europeu, é um dos componentes essenciais para dispor a mão de obra escravizada. No entanto, o conceito de raça a partir de uma perspectiva biológica, foi fundamentalmente refutado sob o prisma dos avanços da própria ciência, onde a consideração de diferenças físicas atribuídas aos fenótipos, eram insuficientes para pautar uma diferenciação em escala biológica de subespécies, o que corroborou para a utilização das teorias de Charles Darwin no espectro social. Isto é, considerar que a teoria da seleção natural⁶ também poderia ser aplicada aos diferentes povos das Américas, África, Ásia e Oceania. Sobre isto,

o Darwinismo Social considera que os seres humanos são, por natureza, desiguais, ou seja, dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores, outras inferiores (BALSANELLO, 1996, p.154).

Tal perspectiva desconsidera totalmente que as diferenças entre os seres humanos, se dão na ótica da cultura e territorialidade, o que não significa que há subdivisões de seres humanos, onde um possui características que ultrapassam as dos outros povos. São sobretudo perspectivas que carecem de criticidade em que naquele período as filosofias iluministas submetiam uma visão atrelada ao racismo e não contemplavam uma veracidade em de fato existir uma suposta diferença biológica. O que não passou de um ideário racista já estabelecido desde as primeiras categorizações de seres humanos. É a partir desta perspectiva que encontramos a gênese da raça até que se constitua enquanto “normalidade” na sociedade e tal “normalidade” se aplica na perspectiva de que o racismo está imbricado junto à sociedade burguesa em todas as esferas das relações sociorraciais. Almeida explicita isto:

Em suma, o que queremos explicar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade (ALMEIDA, 2019, p. 21).

Estes são alguns dos elementos que vão confluir para legitimar as catastróficas modificações globais que as expansões marítimas desencadearam como o próprio colonialismo e o modo de produção escravista. Não se pretende aqui aprofundar-se

⁶ A teoria da seleção natural de Charles Darwin em suma é a consideração de que, na natureza, sobrevivem os mais fortes e os que se adaptam melhor as situações variáveis, logo, aqueles animais aos quais mantiveram a reprodução das espécies seriam considerados mais aptos.

nas filosofias iluministas as quais acarretaram nas visões racistas, mas sim, trazer à luz, alguns dos elementos centrais que fundamentam a ótica etnocêntrica do mito das raças e do darwinismo social. Para assim, mergulhar na história do Brasil colonial e pós-colonial, a fim de buscar os determinantes históricos da constituição do racismo estrutural na sociedade. Vale lembrar que tais processos aqui discutidos, não são lineares seguidos de uma ordem cronológica, mas sim, uma série de acontecimentos essenciais para uma análise da formação sociorracial brasileira pautada no paradigma do racismo e escravismo moderno.

1.2. O modo de produção escravista e a herança escravocrata na formação sociorracial Brasileira

No que tange aos primeiros episódios da – invasão do europeu ao continente Americano⁷ –, a apreensão de uma perspectiva que circunscreve a centralidade do universo no homem europeu já estava delimitada no ideário dos portugueses que nas Américas então chegavam. Vale destacar, que, ao considerar a problematização do que outrora se compreendia enquanto “descobrimento do Brasil”, compreendemos como invasão, uma vez que, o continente Americano já era habitado por diversos povos indígenas com suas particularidades, diferenças de cultura, bem como diferenças de idiomas e dialetos. Nesse sentido, fazer a leitura deste período e não criticar como invasão, acaba por endossar a complexidade de um processo histórico marcado pela violência, que vai desencadear no genocídio dos povos indígenas, bem como dos povos africanos que vinham nos porões dos cruéis navios negreiros. Fanon (1961) expõe que a relação dos povos originários do Brasil, dos africanos em diáspora e do europeu se baseou na violência, concordamos com o autor, pois,

o seu primeiro confronto desenrolou-se debaixo do signo da violência e a sua coabitação — mais precisamente a exploração do colonizado pelo colono — realizou-se com grande reforço de baionetas e de canhões (FANON, 1961, p. 31).

Um ponto fatídico para a busca da construção de um novo mundo, são os primeiros passos do que virá a ser o modelo capitalista na Europa. Na necessidade de recursos e escassez de mão de obra, o europeu fomentará o roubo das riquezas naturais do país, começando pelo Pau-brasil, onde a extorsão das riquezas na costa do nordeste brasileiro (especificamente na Bahia e Pernambuco) tinha finalidade de

⁵ Faz parte do processo de embranquecimento o endossamento da história, criticar a versão embranquecida é um ato que rompe com a perspectiva eurocêntrica no âmbito da história do Brasil.

atender aos interesses do mercado mundial a fim de proporcionar o crescimento da sociedade Europeia, sobretudo de Portugal. O trabalho com a exploração dos recursos naturais, não teve a mão de obra portuguesa como central na extração do pau-Brasil, mas sim, da então implantada escravidão moderna, utilizando a mão de obra indígena escravizada para adquirir recursos. No entanto, a exportação da madeira começa a decair com a falta da mesma em decorrência da grande exploração dos recursos do país. Então, como no solo do nordeste havia qualidade para agricultura, os portugueses utilizaram mão de obra escravizada para implantar o negócio açucareiro que foi por muito tempo um modelo muito rentável para o país colonizador.

Como já mencionado, Portugal não possuía uma vasta mão de obra para trabalhar na produção de cana de açúcar e a mão de obra escravizada foi imprescindível para gerar retorno. Sem a força de trabalho dos escravizados, não haveria uma rentabilidade que permitisse a continuidade na colônia,

a escassez de força de trabalho, portanto, é o que move Portugal na direção do revigoramento da escravidão na era moderna, uma vez que exploravam a costa da África e passaram a comercializar negros. Além de solucionar o problema da mão de obra, esse foi um dos mais rentosos negócios lusitanos num período que cobre cerca de três séculos (SANTOS, 2012, p. 56).

A costa da África já era explorada pela Europa, então sequestrar e negociar a liberdade de africanos capturados por etnias rivais para trabalhar como mão de obra escravizada foi fundamental para que se consolidasse o capitalismo. É necessário pensar que todo processo colonial de genocídio⁸ e a exploração das Américas foi um marco essencial para o centro do capitalismo. Processo este marcado pela extinção das formas de subsistência dos povos indígenas e africanos aqui escravizados. A expropriação⁹ retirou as relações particulares desses povos, suprimindo suas humanidades e reduzindo a coisa. Corpos sem humanidade, típica relação que o processo capitalista proporciona, a coisificação das pessoas e personificação das coisas.

O modo de produção escravista no Brasil tem como base a escravização moderna onde o fator racial, cultural e geográfico foi determinante para que o europeu a partir de uma percepção eurocêntrica do mundo, condicionasse seus modos filosóficas e ideológicas a outros povos. Com isto, surge então, o processo colonial

⁸ O conceito de genocídio será destrinchado nos tópicos Seguintes.

⁹ Expropriação a que me refiro aqui, é a de mudança estrutural na cultura e modos de subsistência a partir de um processo histórico de violência.

que não se deu apenas no Brasil, mas sim, em toda América Latina. Portugueses, Ingleses, Holandeses, Espanhóis e Franceses constituíram colônias por todo continente Americano, tendo a mão de obra escravizada dos pretos africanos e ameríndios como parte central do processo. Abdias do Nascimento com a obra “O genocídio do negro brasileiro”, traz o processo colonial no Brasil e grandes contribuições no debate das relações raciais. Segundo Nascimento:

Por volta de 1530, os africanos, trazidos sob correntes, já aparecem exercendo seu papel de “força de trabalho”; em 1535 o comércio escravo para o Brasil estava regularmente constituído e organizado, e rapidamente aumentaria em proporções enormes (NASCIMENTO, 2016, p. 42).

Pela segunda metade do século XVI, o comércio escravo já estava consolidado, onde uma série de desumanizações foram acometidas aos povos escravizados, sobretudo os africanos. Com relação aos indígenas, os povos que passaram pela colonização foram devastados, partindo para o massacre, uma vez que para os europeus, os povos indígenas fugiam para o centro do país por melhor conhece-lo geograficamente, o que não significa dizer que não houve uma resistência dos povos africanos, a grande questão é, que, apesar do curso violento da história, em termos de colonialidade ser o mesmo dos indígenas, havia a particularidade de estar em outro continente, local desconhecido para eles. Além da apropriação que os Portugueses causaram ao sequestrar diferentes povos, onde as diferenças étnicas e linguística eram fundamentais para uma organização contra o colonialismo, no entanto, os europeus dividiam as etnias, o chamado “dividir para conquistar”.

Nessa perspectiva, travar uma rebelião não era tão simples, haviam suas complexidades para tal, porém, vale ressaltar que houve sim resistência, e muita, tal qual a revolução haitiana¹⁰. Processos estes que são apagados ao longo da história, bem como tão pouca ou nada debatida na educação brasileira. Todavia, a resistência das populações negras, ainda desempenham um papel potente, na perspectiva de organização dos movimentos negros e entre outros modelos de articulação e resistência. Contudo, podemos considerar que apesar das dificuldades que confluíam para a continuidade da escravidão, houve muita resistência e um papel fundamental dos pretos na diáspora africana para abolir a escravidão. Neste horizonte,

assim é que o fim do período colonial brasileiro se deve, principalmente, à configuração do contexto econômico mundial que já não comportava o colonialismo naqueles moldes. Era a transição do capitalismo comercial para

¹⁰ A revolução haitiana é um marco no colonialismo onde a resistência dos descendentes de povos africanos tomou grandes proporções que concebeu no fim da escravidão por lá e organização os povos pretos com ascendência africana como a primeira República governada por afro-Latino-Americanos.

o industrial, que colocava na ordem do dia a remoção das barreiras ao livre acesso aos mercados mundiais para escoar sua crescente produção, revolucionada por descobertas técnico-científicas (SANTOS, 2012, p. 59).

Para fins da primeira parte do processo colonial, é fundamental mencionar que a queda na produtividade e lucratividade da indústria açucareira, bem como as descobertas do ouro e diamante nas regiões das Minas Gerais por volta do século XIII, foram marcos determinantes para o final da primeira fase colonial no Brasil. O café passou então a ser mais rentável que a produção de açúcar, bem como da exploração do ouro em Minas Gerais, o que colocou o Brasil num patamar produtivo nunca antes conquistado, então a produção cafeeira se tornou o maior destaque na exportação por meio da mão de obra escravizada dos pretos.

No que tange ao colonialismo no período monárquico, com o desembarque da coroa portuguesa no Brasil, período este conturbado nos aspectos da pressão externa para o fim da escravidão negra e separação de Portugal e com a colônia a fim de uma independência com o país colonizador. Como destacado por Santos:

Começamos por onde as coisas pareceram mais tranquilas: o reconhecimento internacional da independência. Esse foi mediado pela Inglaterra, como grande interessada na consolidação do novo mercado, e a quem o Brasil recorre, pela primeira vez, para contrair um empréstimo destinado a indenizar a Coroa portuguesa pela perda da colônia, ponto originário da nossa impagável dívida externa. Esta foi uma das condições impostas por Portugal para reconhecer a independência. Contraditoriamente, apesar de mediadora do reconhecimento da independência brasileira, a Inglaterra tardou a fazê-lo formalmente por divergências relativas à extinção do tráfico de negros (SANTOS, 2012, p. 60).

Com o avanço do capitalismo na Europa pós revoluções burguesas que derrotaram as instituições absolutistas a partir da ascensão do pensamento iluminista burguês, surgia então, em decorrência das mudanças societárias, um novo modelo de trabalho onde o papel de escravizado não contemplava mais os interesses do centro do capitalismo europeu. Tanto por ser mais caro manter a vitalidade de um escravizado, quanto pelas resistências negra e os avanços das relações burguesas na Europa, como por exemplo as revoluções francesas e inglesas.

Os interesses da Inglaterra com a pressão da abolição e independência são fomentados pelos avanços da sociedade capitalista no bojo do arranjo estabelecido na Europa. A Inglaterra era a principal potência pós revolução industrial e tinha alguns interesses econômicos nos recursos naturais do Brasil, bem como da entrada do país no mercado mundial a partir de uma lógica imperialista. Com isto, era conveniente para a Inglaterra o fim da escravidão, pois, a continuidade da mesma retardava a emergência do capitalismo brasileiro, bem como da entrada no mercado mundial, pois,

as relações escravas dificultavam a implantação do trabalho assalariado no país e sua exploração de mais-valia. Ou seja, a lógica era de que a exploração pelo trabalho assalariado, era mais lucrativa que manter um escravizado e que fomentam os interesses internacionais pela abolição, muito além de um ato humanista.

Neste horizonte, pensemos aqui que os interesses foram meramente econômicos com relação ao Brasil, o que nada tem a ver com um reconhecimento problemático do que foram as escravidões nas Américas. Interesses esses que no fim, confluíam para o crescimento do capitalismo, então, não há absolutamente nada na ótica de uma crítica filosófica, econômica, social e principalmente humana. Muito porque visava-se o crescimento do capitalismo, que este por sua vez, também acirra as relações raciais. O evidente “racismo estrutural”¹¹ debatido no Brasil por Silvio Almeida (2019), que sobretudo fomenta a dinâmica do racismo na ordem do capitalismo em sua condição “normal”, ou seja, não existe capitalismo sem racismo, pois, as relações raciais da escravidão foram essenciais para a construção tanto do capital externo quanto do interno brasileiro. Todavia, há de considerar a importância das resistências negras nesse processo, como os quilombos e personalidades importantes como Luiz Gama¹² e Zumbi¹³.

Nas etapas próximas ao fim do modo de produção escravagista, dois grupos foram importantes para uma leitura qualificada deste processo, são eles o bloco republicano e o bloco abolicionista. O primeiro buscava defender seus interesses a não permitir o fim da abolição, bem como proclamar a República Federativa para assim desvincular-se totalmente de Portugal. O segundo grupo partia do ponto de vista da defesa do fim da escravidão, dentro dos abolicionistas encontrava-se Luiz Gama e outros negros vinculados ao projeto revolucionário.

A partir desta via, a abolição da escravatura no Brasil se deu primordialmente sob os elementos de interesse do capital (instaurar o trabalho assalariado), sendo abolida no Brasil tardiamente em 13 de maio de 1888 e das resistências que feriam a economia escravista, onde escravizados fugidos para os quilombos impactavam

¹¹ O racismo estrutural é a condição desigual frente aos brancos que coloca os descendentes de africanos escravizados e povos originários das Américas em um patamar civilizatório na qual as relações raciais, sociais, políticas, culturais e ideológicas são estruturadas nas bases do racismo constituídas na escravidão. Nesse sentido, o racismo é colocado em todas as dimensões da sociedade burguesa.

¹² Homem negro, advogado e abolicionista, conquistou a liberdade de muitos escravizados e é uma personalidade importante para os movimentos negros.

¹³ Líder do Quilombo Palmares o maior do período colonial, Zumbi resistiu aos ataques de todo o sistema escravista, foi decapitado por bandeirantes e deixou um legado de luta e resistência.

negativamente a economia escravista. Contudo, existe um fator muito importante na qual há pouca relevância por parte de muitos intérpretes do Brasil, que é a resistência negra a partir dos quilombos, o banzo, o suicídio e as fugas são exemplos de resistência contra a escravidão. Há quem diga que os povos pretos escravizados não tinham um projeto político de derrocada da escravidão, tal perspectiva equivocada está atrelada a uma lógica que bate de frente com estas resistências negras, como por exemplo o projeto de branqueamento da sociedade brasileira e que trata a relação da escravidão numa ótica reducionista. Bem como intelectuais reproduzindo racismo, devido ao pensamento da colônia manter-se na sociedade competitiva, onde não é feita uma leitura do colonialismo do ponto de vista dos povos pretos. Fazem sobretudo uma apreensão eurocêntrica. Como explicita Moura “A participação dos escravos nos movimentos políticos que ocorreram durante a colônia e o império foi decorrência lógica da situação em que se encontravam” (MOURA, 1988, p.7). Além disso, na maior parte do escravismo, quem de fato estava criando resistência contra o sistema eram os povos pretos, que desde o princípio foram protagonistas desta luta. Somente após 1850 com a lei de proibição do tráfico negreiro que grande parte dos atores não escravizados se colocaram na luta pela abolição, no entanto, há de considerar a contradição a despeito disso, uma vez que os interesses no fim do tráfico negreiro eram ligados a consolidação do capital e não meramente um ato humanista. Tendo isto como um ponto significativo, torna-se vazio o discurso de que havia de certa forma uma “passividade” dos escravizados, quando na verdade sempre houve resistência ao sistema. Uma das referências mais citadas quando tratam de resistências negras e projeto político negro no escravismo, certamente é mencionado o quilombo Palmares, local de refúgio e fortalecimento para os escravizados.

Moura (1983) traz à luz acerca do não interesse em revisitar a história da sociedade brasileira por uma via crítica, uma vez que lá encontra-se toda base constituinte do capitalismo brasileiro, bem como as resistências e projetos de poder dos negros escravizados, por isto, o autor coloca que:

A sociedade de modelo de capitalismo dependente que substituiu a de escravismo colonial, consegue apresentar o problema do Negro no Brasil sem ligá-lo, ou ligá-lo insuficientemente, às suas raízes históricas, pois tal ligação diacrônica remeteria o estudioso ou interessado ao nosso passado escravista (MOURA, 1983, p. 125).

É importante de mencionar que o bloco republicano não tinha intenção alguma de romper com os moldes do modo de produção escravista, pois, a aristocracia

formada por brancos lidou com a então possível abolição por uma via reacionária, a qual se pretendia manter as relações coloniais. Quando ocorreu o fim do modo escravista, as relações de poder se mantiveram, onde os grandes senhores, latifundiários, aristocratas e outros continuaram como os detentores de maior poder.

Ainda que se tenha ocorrido a passagem do escravismo moderno para a ordem capitalista, as relações de poder permaneceram intactas do ponto de vista da manutenção do poder das elites (formadas por indivíduos brancos), onde estes passam a ser a burguesia brasileira, enquanto o negro como classe trabalhadora, mesmo não fazendo parte do processo de produção do capital naquele momento. Pois, em primeiro lugar, as elites não queriam o negro como trabalhador assalariado, assim promovendo políticas migratórias para compor os postos de trabalho de assalariamento.

Ponto então que, não haviam quaisquer chances de uma reparação histórica, uma vez que a elite escravocrata era quem detinha o maior poder político-social no escravismo e no pós-escravismo, nesse sentido, a perspectiva conservadora das relações escravistas se explicita no ideário de não mover esforços para uma transformação social onde a liberdade do negro fosse uma realidade, tampouco sua reumanização. Contudo, podemos afirmar que as elites escravistas jamais quiseram o fim do modo de produção escravista e isto se perpetuou nas políticas de branqueamento difundidas no próximo tópico.

1.3. Pós-abolição no Brasil e branqueamento populacional: As estratégias de genocídio do colonizador

O pós-abolição no Brasil é um período que possui contradições que só conseguimos compreender do ponto de vista crítico à escravidão, caso contrário, a leitura será rasa e não terá poder de compreender o processo em sua totalidade, bem como articular uma ruptura. Nesse sentido, há então uma necessidade de olharmos para o período colonial para além do que está exposto, por isto, como bem colocado “O escravismo ainda hoje é um período de nossa história social mais importante e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma práxis social coerente” (MOURA, 1983, p. 124).

Começamos a contextualizar agora os momentos pós-abolição, a iniciar com uma crítica à maneira que se configurou a “libertação dos escravizados”¹⁴, onde o Estado escravocrata joga as populações negras¹⁵ a própria sorte, sem qualquer acesso aos mínimos de quaisquer políticas públicas como meios de minimamente reduzir os danos causados pelo escravismo. Como contribui Abdias em:

Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado e o mutilado – aqueles que sobreviveram aos horrores da escravidão e não podiam continuar mantendo satisfatória capacidade produtiva – eram atirados à rua, à própria sorte, qual lixo humano indesejável; estes eram chamados de “africanos livres” (NASCIMENTO, 2016, p. 60).

Não houveram maneiras de impor alguma reparação histórica da escravidão e sem moradia, sem alimentação, sem acesso à educação e assim sem direito à cidade, o negro foi colocado em um patamar, que, ainda que não houvesse escravidão por lei, as condições desumanizadoras permearam. Nessa perspectiva, consideremos que dadas alocações ao negro por parte do Estado, não seria incomum pensar que muitos dos ex-escravizados se mantiveram nas fazendas de cafés, bem como nos outros espaços aos quais trabalhavam. O Estado não só não promoveu nenhuma política de inclusão, como também promulgou leis que legitimassem a varredura do negro, como por exemplo a “Lei da vadiagem” de 1890, que prendia por não estar realizando trabalho ou quem não possuíssem documentos em mãos. Tal lei implicava sobretudo às populações negras recém “libertas”, uma vez que muitos trabalhavam como ambulantes ou pediam por comida e trabalho. Com isto, o Estado já construído num ethos escravocrata mantinha o controle sobre o negro, a prisão com a lei da vadiagem e o “trabalho de negro” serviam como maneiras do Estado controlar essas populações. Paralelamente a isto, diversas políticas públicas foram criadas a fim de apagar a “mancha negra”:

Da classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como a tentativa de erradicação da “mancha negra”, da operatividade dosincretismo religioso: a abolição legal da questão negra através da lei de segurança nacional e da omissão censitária - manipulando todos esses métodos e recursos – a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro (NASCIMENTO, 1978, p.93).

¹⁴ Considero a colocação das aspas pelo fato das condições do racismo empregadas às populações negras permearem, sobretudo com novos moldes, onde o capitalismo substituiu o escravismo, mas que o negro continua violentado epistemologicamente e fisicamente.

¹⁵ Refiro-me a populações negras no plural sob a ótica da pluralidade de povos negros que foram trazidos a força, então, referir a estes povos no singular corrobora com o racismo.

A conjuntura do período constituía então uma “legalização do racismo”, onde o Estado na postura de reprodutor legal das relações racistas estabelecidas no escravismo, coincidiu fundamentalmente para acirrar, direta e/ou indiretamente, o racismo na dinâmica da sociedade brasileira.

O Estado promoveu “políticas de branqueamento”¹⁶, estimulando um fluxo migratório de trabalhadores livres do continente Europeu, tal política se deslinda no conceito de “branqueamento”, uma vez que o intuito da imigração de pobres europeus para o Brasil seria o de apagar a chamada “mancha negra” nos espaços aos quais os novos moldes colocaram o negro, como por exemplo enquanto classe antagônica da burguesia configurada pela escravidão. A partir de Moura (1983):

Nesse processo o negro é descartado pelas classes dominantes como modelo de operário. Não é aproveitado. Nenhuma tentativa se fez neste sentido, enquanto se vai buscar, em outros países aquele tipo de trabalhador considerado ideal e que irá, também, corresponder ao tipo ideal de brasileiro, que as classes dominantes brasileiras escolheram como símbolo: O branco. (CLÓVIS MOURA, 1983, p. 133).

A burguesia que se constituiu não considerava sequer o negro como ser humano, considerar como classe no campo político também não foi uma alternativa, o que fomenta a grande imigração com finalidade de construir uma classe trabalhadora tal qual era na Europa, isto expõe a condição paupérrima do negro nesse processo conjuntural. É nesta linha de pensamento que a concepção de “trabalho de negro” se configurava, pois, eram os espaços de trabalho análogos à escravidão, o que fundamentou uma divisão racial do trabalho, aos quais o trabalhador branco não queria se colocar, notamos isso quando,

esta divisão social do trabalho que correspondeu, na Colônia, em determinado período, a uma divisão racial do trabalho, por força da mão de obra escrava ser praticada pelos negros - divisão compulsória, portanto - agora é acionada no contexto competitivo, reservando-se para o Negro apenas aquilo que o Branco, por uma série de razões, descarta ou despreza (MOURA, 1983, p. 127).

Segundo Clóvis Moura: “O sistema competitivo inerente ao modelo de capitalismo dependente, ao tempo em que remanipula os símbolos escravistas contra o negro procura apagar a sua memória histórica e étnica, a fim de que ele fique como homem flutuante, ahistórico” (1983, p. 125). O apagamento cultural ocorre desde os primeiros momentos do Brasil colonial, a tentativa de destruição epistemológica

¹⁶ O estímulo do apagamento das populações negras, foram políticas genocidas com o intuito de “branquear” a população brasileira, dizimando o negro de todas as maneiras legais possíveis, seja no estímulo à miscigenação, bem como o apagamento cultural, encarceramento ou assassinato como são exemplos as periferias do Brasil na perspectiva de guerra às drogas.

esteve presente em todas as etapas, do colonialismo à emergência do capitalismo brasileiro e se manteve no âmbito do capitalismo fomentando genocídio. O racismo epistemológico é uma dimensão do processo colonial, a qual deslegitima a cultura e a história dos africanos, bem como apaga as relações culturais, filosóficas e modelos de vida dos mesmos. Cabe nos atentarmos no que se refere ao apagamento cultural como um elemento fundamental e que não se desconecta da perspectiva do racismo estrutural, sobretudo a destruição epistemológica faz parte do controle da colonialidade, onde não se consegue vincular uma originalidade histórica dos povos escravizados no Brasil para além do próprio colonialismo. É como se a história dos escravizados começasse no momento das expansões marítimas e mercantilização escrava, percebemos tal apagamento quando,

do ponto-de-vista das estruturas de poder, no entanto, o que se queria era apagar a mancha. Ruy Barbosa manda queimar os arquivos e o governo entra em entendimentos com países europeus para conseguir substituir a nossa população egressa da senzala por outra branca. Entra, então, em funcionalidade a ideologia do branqueamento, que nada mais é do que uma tática para desarticular ideológica e existencialmente o segmento negro a partir da sua autoanálise (MOURA, 1983, p. 126).

Com isto, é necessário pensar que no lapso temporal da falsa liberdade do negro brasileiro, a queima dos documentos dos navios negreiros e de todo processo escravocrata, foram tentativas de apagar as marcas deixadas sem conduzir os mecanismos para romper com as amarras da colonialidade já estabelecidas. Além de não proporcionar um aporte adequado para população liberta, Estado apagou os registros da escravidão, o que torna difícil a identificação étnica e cultural com as origens africanas. Isto provocou uma lacuna irreparável que sempre perpetuará ao negro brasileiro, uma reconexão torna-se impossível no que tange a reconstrução com seus respectivos grupos étnicos. O que evidencia o não reconhecimento étnicos pelos negros miscigenados a partir de uma concepção ideológica dos senhores e passadas aos negros que exerciam funções de confiança como os capitães do mato, que de tal sorte, esta perspectiva ideológica fomentou no pós-abolição o conceito de “democracia racial”. Concordamos com o autor quando diz que,

esta divisão social do trabalho no Brasil, transformada em ideologia considerada democrática pelos interesses do colonizador, inicialmente, e das classes dominantes brasileiras atuais por herança, ciclicamente aproveitada e dinamizada introjetou-se, de certa forma, na consciência do colonizado, do oprimido, transformando-o, muitas vezes; em reflexo passivo dessa ideologia. Essa ideologia de dar as costas às origens étnicas do Negro, isto é, a formação de uma sociedade supostamente aberta vem acompanhada do mito da democracia racial e que é um elemento desarticulador da consciência do Negro brasileiro. A chamada

democracia racial é o suporte ideológico no qual se assenta uma política discriminatória, racista, de extermínio contra o Negro brasileiro (MOURA, 1983, p. 127).

O projeto de eliminação da “mancha negra” iniciou-se com os estupros das mulheres escravizadas, onde a violência do patriarcado europeu também se fez presente como arma de dominação. A miscigenação no Brasil nunca foi harmônica, não foi na lógica romantizada empregada por diversos escritos da literatura brasileira que banalizam a miscigenação e o período colonial. A exemplo disto, o filme baseado nos escritos de José de Alencar na história de “Iracema: A virgem dos lábios de mel” (1979), segue a narrativa de uma relação afetiva, onde um colonizador se apaixona por uma mulher indígena e o mesmo tem seu amor correspondido. Esta colocação pautada numa categoria literária romântica, banalizou as condições de estupros dos brancos europeus às mulheres negras e indígenas. Para Nascimento (2016, p. 63)

para a solução deste grande problema – a ameaça da “mancha negra” – já vimos que um dos recursos utilizados foi o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante, originando os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o parda-vasco, o homem-de-cor, o fusco, e assim por diante, mencionados anteriormente. O crime de violação e de subjugação sexual cometido contra a mulher negra pelo homem branco continuou como prática normal ao longo das gerações.

A tática de dominação pelos estupros, evidenciaram uma relação na qual os miscigenados de um branco com uma mulher negra, perdiam sua identidade étnica do ponto de vista em que, ao mesmo tempo em que não eram categorizados como brancos pelos senhores, os mesmos não percebiam sua condição de escravizado, além dos entraves ideológicos que os atravessavam. Nesta ótica, o miscigenado exercia trabalhos para os senhores como capitão do mato ou feitor. No entanto, os sistemas de captura de escravizados que se rebelavam e/ou fugiam, sobretudo eram mais complexos e não se limitavam aos capitães do mato, feitor ou bandeirantes,

situado no meio do caminho entre a casa grande e a senzala, o mulato prestou serviços importantes à classe dominante. Durante a escravidão, ele foi capitão-de-mato, feitor e usado noutras tarefas de confiança dos senhores, e, mais recentemente, o erigiram como um símbolo da nossa “democracia racial”. Nele se concentraram as esperanças de conjurar a “ameaça racial” representada pelos africanos. E estabelecendo o tipo mulato como o primeiro degrau na escada da branquificação sistemática do povo brasileiro, ele é o marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil (NASCIMENTO, 2016, p. 63).

Observa-se a partir disto, que o apagamento cultural, bem como populacional pelo caminho da miscigenação, foram estratégias de controle e dominação genocida, onde a existência de grupos étnicos, foram e estão sendo destruídas em decorrência disto. A intervenção estatal na contraditória “guerra às drogas” é uma maneira de

genocídio, mas por hora não busco exemplificar e discorrer sobre, é necessário difundir no que corresponde ao epistemicídio para então fundamentar o extermínio das populações negras na conjuntura atual:

Porém, a despeito de qualquer vantagem de status social como ponte étnica destinada à salvação da raça ariana, a posição do mulato essencialmente equivale àquela do negro: ambos vítimas de igual desprezo, idêntico preconceito e discriminação, cercados pelo mesmo desdém da sociedade brasileira institucionalmente branca (NASCIMENTO, 2016, p. 63).

O projeto de destruição total das populações afro-brasileiras perdura na contemporaneidade, iniciando-se com a exploração sexual da mulher negra, que tem a dimensão patriarcal a qual o Brasil herda das sociedades Europeias e inclui neste apagamento, o encarceramento e o extermínio pelas mãos das instituições de segurança pública. A miscigenação como mencionado em linhas acima, não foi harmônica como reproduzido pelo senso comum;

O processo de miscigenação, fundamentado na exploração sexual da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O “problema” seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país (NASCIMENTO, 2016, p. 63-64).

Além da mestiçagem no Brasil a partir de estupros às mulheres africanas e indígenas, o Estado promoveu políticas para imigração Europeia a fim de branquear a população e incentivou o casamento entre afro-brasileiros retintos e “mestiços” com os brancos europeus ainda na perspectiva de dizimar o negro. Além disso, uma outra perspectiva que cabe menção, elucida-se na lógica do Estado apaziguar as relações raciais fomentando sua lógica ideológica, hábitos alimentares e valores familiares às pessoas negras.

Por volta da primeira metade do século XX, os debates teóricos acerca da miscigenação se perpetuavam na sociedade Brasileira, onde autores como Freyre (2003), imputavam uma lógica de conciliação a partir das relações entre negros e brancos, onde o autor entendia uma possível pacificidade por este cenário. Além disso, o autor acreditava em um Brasil mestiço desde o processo de colonização. Os escritos de Freyre em Casa Grande e Senzala, proporcionam perspectivas enviesadas e que devem ser criticadas e questionadas. Uma vez que, em paralelo ao que trouxemos até esta etapa do texto, denotamos que o processo de construção de país foi conflituoso e violento, onde não houve relação pacífica entre os corpos racializados e os brancos.

Com relação a isto, o quadro do Espanhol Modesto Brocos, denominado de “A redenção de Cam”¹⁷, que evidencia o pensamento racista que configurou o Estado brasileiro, onde a pintura fomenta a tese do branqueamento, que confluíam para a tentativa de destruição do negro brasileiro, como o incentivo estatal na relação afetiva dos negros e brancos para em cem anos apagar a “mancha negra” da população brasileira.

No ano de 1911, o então diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda, representando o Brasil no Congresso Mundial sobre Raça, em Londres, defendia a ideia de que a miscigenação brasileira, ao contrário do que se acreditava acerca do perigo da mistura das raças para a formação de um povo híbrido, degenerado física e intelectualmente, seria, na verdade, a possibilidade real e concreta de embranquecer a população mestiça. Afirmou aos participantes do referido congresso, que, no prazo máximo de cem anos, os negros não existiriam mais no país, pois através da miscigenação, o gene branco que se acreditava ser mais forte e predominante que o gene negro, embranqueceria a nação (ABEPSS, 2018, p. 13).

É na consonância com as instituições escravocratas que fomentam as relações capitalistas por aqui, sabe-se com isto, que, a formação sociorracial brasileira se instaura no pensamento ideológico constituído pelo modo de produção escravista, onde as condições raciais moldaram o Estado e todas as dimensões sociais do capitalismo brasileiro. Os moldes discriminatórios oriundos do escravismo perpetuam a institucionalidade do Estado, bem como no campo econômico e cultural e isto se configurou na negligência estatal, carregando uma perspectiva funcionalista aos problemas e vivências do negro brasileiro como salienta Clóvis Moura,

as estruturas de poder, herdeiras da ideologia do colonizador, acham que deve haver uma perspectiva funcionalista em relação ao problema Branco x Negro no Brasil, isto é, uma divisão de funções sociais na qual o elemento cor negra deveria ser pacificamente aceito como inferiorizador, mas, ao mesmo tempo, o Negro seria colocado em pé de igualdade com o Branco em serviços para os quais o Branco não se mostraria motivado e interessado por serem considerados atividades inferiores (MOURA, 1983, p. 127).

O rol do negro como a mulher branca por exemplo, Fanon (2008) provoca a reflexão a despeito disso quando esboça que a influência ideológica dos colonizadores aos povos pretos, culmina num complexo de inferioridade a qual pessoas negras buscam relações com pessoas brancas sob a égide de uma aceitação do branco. Tal complexo de inferioridade não subscreve uma mediocridade do pensamento do negro, mas sim de um nocivo poder ideológico causado pelo

¹⁷ RANCOLATO, Murilo. “A redenção de Cam” e a tese do branqueamento no Brasil. Disponível em <[A tela "A Redenção de Cam" e a tese do branqueamento no Brasil - Edusp](#)>. Acesso em setembro de 2021.

colonialismo. O combate a isto se formula numa perspectiva transformadora, que apenas se consolidará na perspectiva de uma ruptura com a colonialidade, sobretudo na ruptura desta ordem social.

É no cerne da perspectiva funcionalista¹⁸ da questão do negro no Brasil que a perspectiva da “democracia racial” se explicita, onde o senso comum identifica o país como um local de misturas raciais e multiculturalidades que convivem bem umas com as outras, quando sabemos que não funciona desta maneira. Embora o racismo do ponto de vista biológico seja superado, o racismo na vida social continua, sobretudo constituído para as bases do capitalismo brasileiro e uma práxis¹⁹ qualificada somente será possível pela via da ruptura com a colonialidade, na ruptura com o capitalismo e o ocidente.

¹⁸ O funcionalismo de Durkheim, é o pensamento ideológico que bebe do positivismo de Comte, de que a sociedade moderna parte de um funcionamento como o corpo humano e que se existe um problema específico, esse problema precisará ser resolvido numa perspectiva de reintegração. A questão é que a ordem capitalista não é perfeita, sobretudo oriunda de complexas contradições que meramente uma reintegração ao capitalismo torna-se insuficiente para uma intervenção transformadora e emancipatória. Durkheim foi um sociólogo conservador, seu debate no que tange ao funcionalismo é um reprodutor das mazelas do capital e das que se agudizam nele.

¹⁹ A perspectiva de práxis trazida no texto, se dá na concepção de práxis negra em Clóvis Moura, isto é, a partir de uma via com uma ação estritamente negra.

CAPÍTULO II

2. As populações negras brasileiras frente ao genocídio na contemporaneidade

2.1. O lumpemproletariado e as populações negras do Brasil: Alguns apontamentos introdutórios

Considerando as sociedades que antecederam a de modelo capitalista, cada uma delas possuíam suas complexidades e especificidades que se diferem umas das outras. Não obstante, tais sociedades também eram divididas por classes. Por exemplo, a Roma Antiga era dividida por patrícios, cavaleiros, plebeus e escravos. Na sociedade feudal, a divisão era feita por Senhores, vassalos, mestres, companheiros e servos.

No modo de produção capitalista, essa divisão hierárquica não mudou, sobretudo, constitui-se de novas classes antagônicas, como por exemplo,

a sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não suplantou os velhos antagonismos de classes. Ela colocou no lugar novas condições de opressão, novas formas de luta (MARX, 1999, p. 7).

Podemos considerar, que as relações de classe no âmbito do escravismo nas Américas, também foram constituídas por uma relação de poder a qual as populações escravizadas eram antagonistas na medida em que se opuseram ao sistema escravo e se articulavam na perspectiva do seu projeto político. Nesta ótica, na virada para o capitalismo brasileiro, o negro continua antagonista das elites brancas formadas pelo colonialismo.

Com fins de melhor fundamentar nossa reflexão, apropriaremos aqui da ótica ontológica do trabalho em Marx. Para além da sociedade burguesa, a categoria trabalho faz parte de uma relação inerente do homem com a natureza, das transformações de matéria-prima encontradas na natureza. O trabalho em Marx na perspectiva ontológica se configura de maneira diferente do mundo capitalista, onde no primeiro, o trabalho acompanhou a trajetória das transformações societárias ao longo da história. Enquanto o trabalho na visão ontológica, é compreendido pela maneira que o ser humano modifica a natureza e se transforma a partir de uma necessidade específica, com a capacidade teleológica de idear os mecanismos para realizar tal necessidade. Assim, se transformando na medida em que se torna um ser mais complexo, no entanto, o trabalho nesse sentido, é uma categoria que funda as

relações sociais, é o caminho que possibilita as grandes complexidades das sociedades pela vida da sociabilidade humana, onde este por sua vez é o que fundamenta as relações sociais.

É necessário destacarmos aqui o que tange ao trabalho na escravização moderna, uma vez que os povos escravizados constituíam a perspectiva do trabalho, dado que, havia o processo de transformação da natureza. O que diferencia é que não havia assalariamento pela percepção racista que desumanizavam os pretos escravizados, onde não havia a liberdade para venda de sua força de trabalho, seus corpos eram vistos como coisa, como mercadoria, portanto vistos como máquinas. Além disso, os resultados do processo de trabalho eram dos senhores escravocratas, que então tornaram-se burguesia na instauração da República.

O trabalho conforme Marx é a base fundamental para que o ser humano se constituísse como ser social, superando a esfera do ser dominado pela natureza para o ser que pensa e a transforma para garantir sua existência. Desse modo, o trabalho assume o caráter mediador da relação homem e natureza, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, transforma o próprio homem.²⁰

No entanto, no capitalismo esse fator inerente ao ser humano, ganha proporções específicas que somente existe nesse modelo de sociedade, que é a compra da força de trabalho, onde o processo final de trabalho é privado, bem como a força de trabalho passa a ser do burguês. Todavia, em Marx o trabalho o trabalho é fundante ontológico do ser social, o capitalismo apropria-se do trabalho em novos moldes. Segundo Marx (2013, p. 255-256, apud AMARAL, p. 2)

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente.

O modo de produção capitalista é composto por duas grandes classes antagônicas, a burguesia e o proletariado. A burguesia é a classe dominante, a que possui maior poder econômico, político, social e os meios de produção. O proletariado por sua vez, é oprimido pela classe dominante, pois seu modo de sobrevivência

²⁰ AMARAL, George. **A CATEGORIA TRABALHO EM MARX: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE SUA CENTRALIDADE ONTOLÓGICA**. Disponível em <[Microsoft Word - 20141012234730.docx \(unesp.br\)](#)>. Acesso em setembro de 2021.

consiste na venda da sua força de trabalho para a burguesia, que aliena²¹ o trabalho do proletariado, coisificando os trabalhadores e personificando o produto final. Assim, o valor do trabalhador é menor que o do produto. Entretanto, essa relação de classes no capitalismo não é harmônica, é uma relação contraditória no que diz respeito ao trabalho, pois, perde-se o sentido de trabalho como categoria fundante do ser social. E o produto final resultante do trabalho de transformação da natureza não se torna mais do grupo coletivo, mas sim do burguês. Além disso, o modo de produção capitalista é contraditório no sentido de que ao mesmo tempo que se acumulam riquezas, potencializa-se a pobreza;

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva (MARX, 2013, p. 875).

A partir da leitura da lei geral de acumulação capitalista de Marx (2013), comecemos com a afirmação de que dinheiro acumulado não significa capital por si, uma vez que capital é o dinheiro que irá gerar mais dinheiro, ou seja, o que dará lucro a partir da expropriação do proletariado. Introduzindo o debate do Serviço Social acerca do conceito de “questão social”, a partir de um ciclo histórico que tenciona a correlação de forças da emergente sociedade capitalista, condiciona aos trabalhadores uma posição desprivilegiada no tocante às reivindicações liberais por meio da revolução francesa, onde no consolidado capitalismo industrial, um grande processo de pauperização é acometido à classe trabalhadora. Netto (2001) explicita a concepção de “questão social” no âmbito do debate do Serviço Social:

A análise marxiana da “lei geral de acumulação capitalista”, contida no vigésimo terceiro capítulo do livro publicado em 1867, revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter de corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios (NETTO, 2001, p. 45).

Esta perspectiva da profissão, é fundamental para nossa análise, onde buscamos aqui relacionar os condicionantes históricos que permeiam às populações negras. Nesta ótica, a compreensão de “questão social” nesse sentido torna-se imprescindível. Entendido isto, Marx no livro 1 de “O capital”, explicita o conceito de capital variável e capital constante, para fomentar o que ele chama como “superpopulações relativa”, categorizada por Marx como frações da classe

²¹ Conceito em Marx que nas análises do modo de produção capitalista, observa-se a compra de mão de obra para realização do trabalho, que por sua vez tem seus fundamentos ontológicos opostos ao trabalho no capitalismo.

trabalhadora. Populações estas, que, não estão compondo postos de trabalho no capitalismo e que assim fazem parte de um exército de desempregados. Para relacionar as populações relativas, necessitaremos de uma reflexão acerca da concepção de “capital variável” e “capital constante” em Marx (2013).

A começar pelo capital variável, que é o capital que retira mais valia dos trabalhadores, uma vez que o valor pago aos trabalhadores no final do processo produtivo, é muito menor que o valor do produto final no mercado. Então, o capital variável é o investimento na força de trabalho, onde se retira mais valia absoluta ou relativa. O capital constante é o investimento aos meios de produção, como máquinas, equipamentos e matéria-prima. Este irá fomentar a mais valia relativa (os trabalhadores passam a produzir cada vez mais com a inclusão dos maquinários, ainda que as jornadas de trabalho diminuam), pois menos trabalhadores se tornam necessários, uma vez que se ampliam os desenvolvimentos das forças produtivas e mais máquinas se tornam parte do processo produtivo. Isto é, o trabalho que se realizava por mais trabalhadores para finalizar um produto, com o avanço da tecnologia, menos trabalhadores são necessários e as máquinas passam a fazer parte do processo. O que diminui drasticamente os custos pelos capitalistas, bem como diminuem os postos de trabalho, pois o trabalho que supostamente eram necessários oito homens anteriormente, uma máquina passa a fazer tal serviço. O gasto salarial diminui e o investimento em capital variável também, tendo em vista que máquinas não recebem salários. Com isto, torna-se impossível arrecadar mais valor das máquinas, mas por outro lado, o trabalhador que está incluso no processo produtivo, passa a dar mais valia relativa aos capitalistas por produzirem mais em menos tempo. Além disso, este processo se torna fundante do exército de desempregados e culminará na expansão acelerada do mesmo.

No que tange a superpopulação relativa em Marx (2013), a flutuante é aquela em que os trabalhadores ora estão empregados e ora desempregados, de modo a crescer o número de desempregados gradativamente. A população latente são os trabalhadores do campo/rural que ainda estão em processo de proletarização (durante o capital industrial). A estagnada é uma parte do exército de reserva que proporciona ao capital um reservatório inesgotável de força de trabalho, são caracterizados por exercer máximo tempo de trabalho e menor salário.

Além dessas populações, Marx (2013) contribui para trazer à luz acerca do “lumpemproletariado”, caracterizado por uma fração do proletariado que está

submersa no pauperismo. Nesta categoria se encontram os delinquentes, prostitutas, ladrões e outros. Segundo Marx (2013, p. 874) “O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo”.

O lumpemproletariado está nas camadas mais miseráveis da população em decorrência da contraditória relação capital-trabalho exercido pelo modo de produção capitalista. Podemos a partir de Marx (2013), refletir sobre esta população e problematizar as populações negras trabalhadoras no Brasil como parte do “lumpemproletariado” no processo de acumulação capitalista, uma vez que são os negros e indígenas que se encontram nas camadas mais paupérrimas da sociedade brasileira. Ainda que não possamos categorizar todos os negros como lumpemproletariados, podemos afirmar que grande parte destes trabalhadores negros, sequer conseguem vender força de trabalho, que este por sua vez é dificultada, tanto pelo racismo estrutural, quanto pela crise do capitalismo.

Neste modo de produção, a força de trabalho das populações negras são superexploradas quando há quem compre força de trabalho negra, evidenciando então os negros como a maior população usuária dos Serviços Sociais, em especial da política de Assistência Social, portanto,

A Assistência Social é uma política destinada à questão da pobreza e da vulnerabilidade. Por outro lado, negros e negras representam mais de 70% da população que se encontra em situação de pobreza extrema no país, assim como conformam a maioria das famílias beneficiárias do programa Bolsa Família. (2019, p.2)

Tal lógica, salienta os baixos salários, evidencia a precarização para produzir e torna a superexploração negra comum nesse modo de produção. Segundo Marx (2013), o modo de produção capitalista criou o proletariado e suas populações sobrantes: flutuante, latente, estagnada e o lumpemproletariado.

A partir desta alocação do lumpemproletariado, ao pensarmos a particularidade do capitalismo brasileiro e entender a composição no que se refere a classe operária do país, encontramos as populações negras enquanto parte dessa fração do proletariado. O lumpemproletariado é onde a população negra se encontra, pela baixa inserção no mercado de trabalho formal, pela baixa porcentagem nos cargos de poder, maior ocupação de empregos subalternos desvalorizados e outras coisas mais. Contudo, o racismo atrelado ao capitalismo, são o que condicionam as alocações dos negros submersas na pauperização, por isso, concordamos com afirmação de Moura (1983), pois,

essas sociedades poli-étnicas, como a brasileira, de capitalismo dependente, são altamente competitivas nos seus polos dinâmicos e altamente marginalizadas nas suas grandes áreas gangrenadas. Ao mesmo tempo, recebem o impacto estrangulador do imperialismo e são por ele condicionadas. Desta forma, as sociedades como a brasileira tiveram a sua trajetória histórica assinalada pela formação de dois modelos básicos que se sucederam diacronicamente: o escravista, dominado pelo sistema colonialista e o capitalismo dependente, dominado pelo sistema imperialista (MOURA, 1983, p. 134).

Na obra de Fernandes (2008), encontramos uma importante contribuição acerca do negro na sociedade de classes, onde no fim do escravismo, não houveram maneiras de integrar o negro no capitalismo brasileiro. No entanto, o autor traz alguns apontamentos que são passíveis de contestações, na medida em que compreende o problema do negro no Brasil como uma questão a ser superada na perspectiva de classe. Isto é, identificar que na historicidade violenta em que os povos em diáspora foram inseridos, que, a superação de tais circunstâncias viriam com o fim da pobreza. Porém, discordamos desta ótica do autor, uma vez que identificamos a questão do negro em uma relação intrínseca entre raça e classe. Onde a raça é determinante social para as populações negras no país e atrelado a classe potencializa ainda mais sua alocação desfavorável na sociedade burguesa. Sendo assim, apenas sua condição de classe sendo insuficiente para sua emancipação.

Contextualizaremos agora os determinantes históricos que na constituição da República fomentou uma perspectiva funcionalista no que tange às condições de vida do negro no capitalismo, onde nos deparamos com um campo caótico difundido por um racismo à brasileira. Pois, o racismo cordial, o mito da democracia racial e entre outras dimensões do racismo estrutural, moldaram a sociedade brasileira de tal maneira a questionarem se de fato existe uma questão racial a ser debatida e superada.

Instauremos então, a processualidade do mito da democracia racial, que possui origens genuinamente brasileiras.

Partindo do ponto de que existe um grande esforço por parte das elites para que esqueçamos ou minimizemos a escravidão no Brasil. Essa ideia tem origens em um processo colonizador a qual pretende-se esquecer a fim de não proporcionar quaisquer meios de reparação histórica. Com isto, surge uma ideia de que no Brasil vivemos harmonicamente, com nossas particularidades de formação social e multicultural, onde não há racismos ou processos discriminatórios. No entanto é uma ideia falsa, sobretudo um pensamento que visa mascarar as mazelas trazidas no

colonialismo. A concepção da existência de uma democracia racial no Brasil vem pela negligência do Estado em atender as populações “libertas”. Onde não houveram mecanismo de inserção ou ponto de partida. Então, cria-se no ethos brasileiro, uma romantização da escravidão, bem como uma inexistente harmonia multicultural, onde vivem raças diversas e culturas diversas em constante harmonização. Sobre o conceito de democracia racial constituída no Brasil, Clóvis Moura salienta que,

O conceito de democracia racial torna possível criar-se a imagem de que o dinamismo da sociedade brasileira se realiza de tal forma que se os negros estão atualmente na situação em que se encontram é por culpa sua, pois as oportunidades são idênticas para uns e outros (MOURA, 1983, p. 129).

A partir disto, torna-se então conveniente para o Estado brasileiro e elites formadas pelo escravismo, que as condições paupérrimas atreladas às populações negras são, portanto, em razão de suas próprias responsabilidades. Isto retira a culpa do Estado e joga para os negros, uma vez que,

por isto faz-se tudo para que a escravidão seja esquecida e quando lembrada seja romantizada dentro dos valores que dão vigamento ao conceito de democracia racial: o da benignidade da escravidão no Brasil. Para isto, certos cientistas sociais dão uma série de cortes na interpretação da nossa história para que a escravidão seja minimizada ou colocada de tal forma que passe a ser uma escravidão diferente, benigna, cristã. (MOURA, 1983, p. 129).

Nessa perspectiva, a culpabilização do negro é fomentada principalmente pela fajuta “democracia racial” e a apropriação funcionalista do Estado perante os problemas da sociedade. O mito da democracia racial naturaliza todas as condições desumanizadoras do negro, naturaliza o extermínio da juventude negra nas periferias do país. Concordamos com o pensamento de Corato (2020):

após 1888, a população negra passa a ser considerada livre e possui status de cidadania brasileira, no entanto, sem condições objetivas e subjetivas para tanto. Ademais, em nenhum momento da história cogitou-se a possibilidade de realizar um processo de reparação econômica pelos quase 400 anos de escravização, ficando evidente o porquê de a população negra compor as favelas, morros e periferias urbanas e rurais (CORATO, 2020, p. 49).

Neste sentido, os índices de baixos salários, altas taxas de homicídio, desemprego, baixa qualidade de vida, o não acesso aos direitos sociais e entre outras coisas, são sobretudo, em função do racismo estrutural e a negligência Estatal na perspectiva de reprodução do racismo e o não enfrentamento do mesmo.

2.2. O extermínio das populações negras na contemporaneidade e a necropolítica: Uma atualização das condições escravizado e senhor

“E quem sobe pra me matar é o mesmo que me vende a arma”²²

O factual extermínio negro no Brasil é um processo secular, não começou no acirramento das mortes com as UPPs²³ (UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA) e nem no aumento gradual de assassinato de jovens negros pelas mãos do Estado no surgimento da falha guerras às drogas. Nos itens anteriores foram trazidos elementos que explicitam as formas de genocídio a qual o negro brasileiro sofreu, mas que sobretudo são procedimentos que se mantêm na atualidade, porém, neste item em específico falaremos do genocídio pelo Estado a partir do assassinato com armamento de guerra. Cabe na nossa análise, olhar para os elementos que distingue o Brasil como capitalismo dependente, que a partir disso, encontraremos na crise estrutural do capital, os caminhos aos quais o Estado traça pós ditadura militar e redemocratização, que rebatem numa enxurrada de políticas neoliberais na contrarreforma²⁴ do Estado. Com relação à crise do capitalismo entende-se em Almeida (2019), que, a acumulação capitalista é feita de crises, onde o processo de produção tende a ruir inerentemente pelas contradições do capital, pois:

As crises revelam-se, portanto, como a incapacidade do sistema capitalista em determinados momentos da história de promover a integração social por meio das regras vigentes. Em outras palavras, o modo de regulação, constituído por normas jurídicas, valores, mecanismos de conciliação e integração institucionais entra em conflito com o regime de acumulação. A consequência disso é que a ligação entre Estado e sociedade civil, mantida, como foi visto, mediante a utilização de mecanismos repressivos e de inculcação ideológica, começa a ruir (ALMEIDA, 2019, p. 199-200).

A priori, consolidamos a dimensão do neoliberalismo a partir de Bretas (2020):

é importante registrar que o neoliberalismo consiste na inauguração de um novo momento do desenvolvimento das relações capitalistas no bojo da etapa imperialista. Este período é marcado por um conjunto de medidas e

²² O rapper brasileiro BK' critica a complexa relação do Estado e narcotráfico que culmina em um grande genocídio negro. A frase faz parte da sifer "Favela Vive 2" de 2017, ano este que circunscreve um divisor de águas na história do rap nacional com uma reinserção do rap em sua mais pura essência depois do grande álbum "Castelos & Ruínas" de 2016, título também do rapper BK', considerado por muitos como clássico da nova geração na cena do rap nacional e grande contribuição para cultura do hip-hop.

²³ Criada nos governos petistas, as UPPs tinham como objetivo a pacificação dos confrontos nas comunidades as quais se instalavam, no entanto, os dados mostram que com este serviço os índices de extermínio de corpos pretos aumentaram exponencialmente, o que demonstra a grande falha na caótica segurança pública do estado do Rio de Janeiro. FONTE: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html>.

²⁴ Compreende-se este período como uma contrarreforma na perspectiva do desmonte das políticas sociais incorporadas na constituição de 1988, onde a partir de grandes políticas neoliberais proporcionam grandes fragmentações e cerceamento das políticas públicas.

alterações, tanto na estrutura quanto na superestrutura, que possuem uma direção comum: a busca por restaurar o poder burguês ameaçado pela crise capitalista dos anos 1960/70. Isto implica a adoção de medidas voltadas para retomar o aumento da taxa de lucro (BRETAS, 2021, p. 11).

Não cabe aqui um aprofundamento no processo de reestruturação produtiva, pois tal fato tornaria esta etapa do trabalho um tanto redundante, por isso, o foco será principalmente no momento em que os avanços neoliberais tomam conta da esfera política no Brasil, precisamente com a contrarreforma nos anos 90.

O neoliberalismo no mundo, circunscreve o momento de reestruturação produtiva, onde em meio a uma crise estrutural do capitalismo pós segunda guerra mundial, o mesmo se transforma na perspectiva de salientar seu poder ideológico, bem como de manter suas taxas de lucros. As décadas que sucedem a segunda guerra, é onde engendra a crise do capital, proporcionada pelas baixíssimas taxas de lucro e uma grande produção em massa, isto é, produzia-se em estoque e nos momentos de crise inerente ao modelo capitalista, oportunizou uma decadência enorme nas taxas de lucro, o que impactou na concentração de riquezas. Esse processo culminou na necessidade da burguesia manter seu poder hegemônico, que sobretudo é ideológico (para além de econômico), que a partir disso organizou novas faces para a acumulação de capital.

Nesta perspectiva, foram fundamentais nesse momento, a reestruturação produtiva onde passa então a produzir baseado nas demandas do mercado (não mais em grande escala para estoque) e a emergência do capital financeiro, este por sua vez tenciona novos moldes para reproduzir a acumulação capitalista. Com este modelo, aumentaram as taxas de juros e desemprego como salienta Brettas (2021):

Além da liberalização e desregulação, o agravamento da rivalidade e das relações de dominação entre Estados (fortalecimento de desigualdades e aprofundamento da dependência), taxas de juros elevadas, aumento do endividamento público e privado, reduzidas taxas de crescimento, privatização, aumento do desemprego e da instabilidade são algumas das expressões deste processo – as quais não podem ser vistas de forma isolada –, que têm nas finanças a responsável pela condução do que o autor designa como “regime de acumulação” (BRETTAS, 2021, p. 12-13).

No Brasil, esta etapa do capitalismo se dá tardiamente, pois, somente com a influência do capital imperialista que imbricaram as condições necessárias de concentração e centralização de capital para que chegasse a fase financeira. Nos anos 90 o Estado burguês brasileiro incorpora as políticas neoliberais, o que torna ainda mais latente no que tange a desigualdade e acesso aos direitos sociais – e para além disso, a ofensiva neoliberal visa reproduzir a superexploração da força de

trabalho –, conseqüentemente a reprodução do capital com suas mazelas. É importante analisar este momento atentamente, uma vez que, é somente na constituição de 88 que as populações negras minimamente passariam a ter acesso a direitos constituídos, porém o avanço neoliberal tornou isto mais complicado, que sob a égide da contrarreforma do Estado, a acumulação capitalista proporciona à “população sobranete” ou população relativa, miserabilidade, fome, desemprego, não acesso à cultura e educação. Neste cenário complexo, emergem atores da população relativa, que de todas as formas buscam viver minimamente bem, em busca de acesso ao dinheiro e poder, o que fez com que surgissem poderes paralelos nas periferias, que são locais onde as expressões da “questão social” são latentes e o Estado intervém somente na base da política de segurança do ponto de vista da guerra às drogas,

o trabalhador negro, recém-saído da escravidão, quase sempre desempregado ou na faixa do sub-emprego, e o trabalhador branco, estrangeiro, que veio para suprir de mão-de-obra uma economia que entrava em um modelo econômico já condicionado pelo imperialismo. Por isto mesmo necessitava de um contingente marginalizado bem mais compacto do que o exército industrial de reserva no seu modelo clássico europeu. Havia necessidade da existência de uma grande franja marginal capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa franja foi ocupada pelos negros, gerando isto uma contradição suplementar (MOURA, 1983, p. 133).

Como coloca Moura (1983), o capitalismo brasileiro necessita dessa “franja marginal” que vive nas piores condições atreladas ao capital. A grande questão é que essa tal “franja marginal” perdura na contemporaneidade, o que explica a afirmação do negro enquanto lumpemproletariado a partir da “Lei geral de acumulação capitalista”²⁵.

Como demonstrado que o alicerce da sociedade brasileira tem o racismo como base primordial, não é incomum denotar que as condições desumanas que vivem as populações negras, se esboça nessa constituição sociorracial. Em que no modo capitalista, o racismo se torna mais nocivo pela relação intrínseca com o capital, onde as populações negras compõem a base mais aviltada do processo de pauperização, enfrentando no seu dia a dia todas as violências do racismo, do capitalismo e suas práticas estruturais.

As manifestações do racismo revelam que ele só pode ser apreendido no movimento histórico da sociedade brasileira como produto das relações sociais em que envolvem

²⁵ Capítulo 23 na obra “O capital: crítica da economia política. Livro I” de Marx, 2013.

relações de classe no processo de produção e reprodução social. Esse entendimento me leva a afirmar que o seu surgimento e desenvolvimento são determinados pelo próprio movimento do capital, e o seu aprofundamento está associado às suas crises (MARTINS, 2021, p. 34).

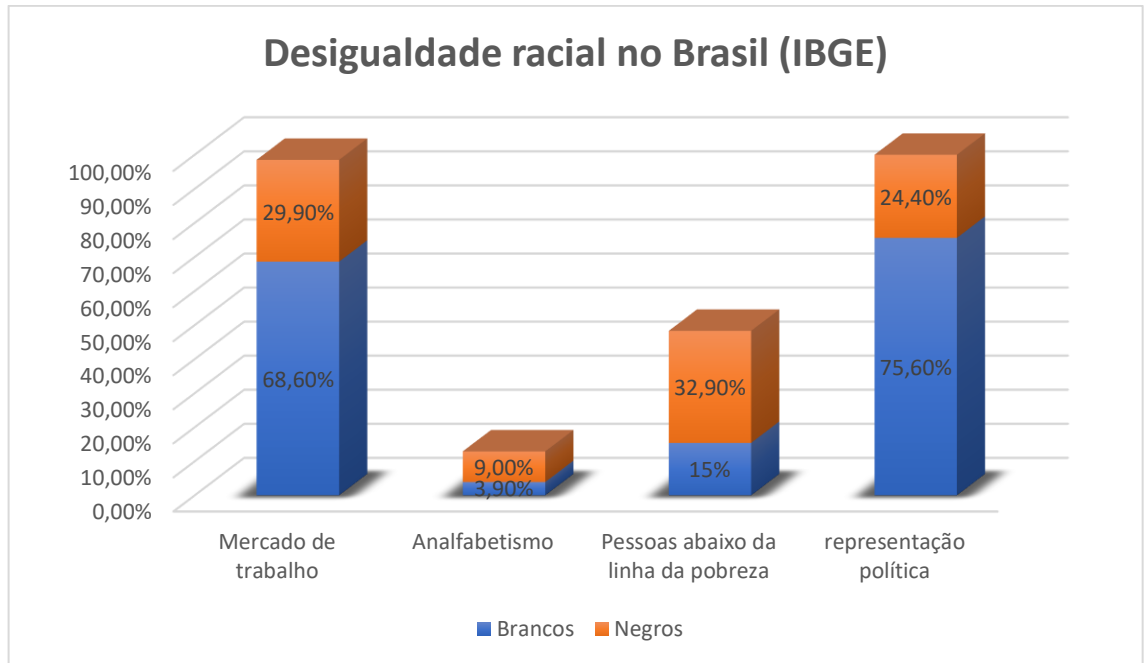
Vale deixar em evidência alguns dados que fortalecem tal argumentação, sobretudo quando comparamos os sujeitos negros com os sujeitos brancos,

entre o colonialismo e o imperialismo desenvolveu-se o processo de subordinação estrutural dos dois modelos que foram criados. Por tudo isto, podemos concluir que o modo de produção escravista entrou em decomposição, mas deixou fundos vestígios nas relações de produção da sociedade brasileira. Tais vestígios, tais traços não são porém elementos mortos. O modelo de capitalismo dependente que substituiu o modo de produção escravista deles se aproveitou e faz deles uma parte dos seus mecanismos reguladores da economia subdesenvolvida. Desta forma, os vestígios escravistas são remanejados e dinamizados na sociedade de capitalismo dependente em função do imperialismo dominante (MOURA, 1983, p. 135).

Segundo os dados do IPEA (2020)²⁶ (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA), em 2018 o percentual de homicídios à homens negros foi de 75,7% do total de homicídios em todo Brasil, em uma taxa de homicídio que representa 37,8 a cada 100 mil pessoas. Enquanto para homens não negros, este cenário decaiu para 13,9 a cada 100 mil pessoas. A partir disto constatamos uma grande discrepância em como a violência se mostra para homens negros e não negros. Com relação às mulheres negras, estas por sua vez indicam 68% das taxas de feminicídio, que segundo o Atlas da violência 2020, mulheres negras representam quase o dobro dos assassinados se comparadas às mulheres não negras. Estes são alguns percentuais que escancaram a realidade no que tange às desigualdades raciais, principalmente por estar considerando enquanto populações não negras, as pessoas brancas, asiáticas e indígenas respectivamente. A violência se desdobra para as pessoas negras diferentemente das pessoas brancas a qual possuem poder estrutural sobre os negros e os indicativos colocam esta afirmação como um fato:

No Brasil, os homicídios são a principal causa de mortalidade de jovens, grupo etário de pessoas entre 15 e 29 anos. Esse fato mostra o lado mais perverso do fenômeno da mortalidade violenta no país, na medida em que mais da metade das vítimas são indivíduos com plena capacidade produtiva, em período de formação educacional, na perspectiva de iniciar uma trajetória profissional e de construir uma rede familiar própria (IPEA, 2020, p. 20).

²⁶ Instituto de pesquisa econômica aplicada 2020.



Como configura o gráfico acima, estudos do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA) em 2019 indicam a disparidade que existe no que confere a desigualdades baseadas na cor/raça. Configuram estatisticamente a desvantagem de nível estrutural entre negros e brancos, que sobretudo relacionam-se na esfera social, econômica, política e educacional. Sendo em 2018 a maior parte de postos de liderança no mercado de trabalho voltado às pessoas brancas, enquanto a parte minoritária fundamenta-se aos negros. É assim também com a porcentagem de analfabetismo (2018), pobreza (2018) e representação política (2018). Esses dados incidem sobre o que apontamos até esta etapa do trabalho, que fomenta o funcionamento do racismo estrutural. É necessário criticarmos aqui, que para uma mudança significativa, medidas paliativas não provocam transformações, o que causa transformação são um conjunto de ações que rompem com as bases estruturais do racismo que está entranhado na sociedade capitalista. Isto significa dizer, que uma igualdade racial no campo da ordem burguesa não é possível, uma vez que o elemento racismo necessita de uma relação intrínseca com o capitalismo dependente para sua manutenção, nesse sentido, a busca por igualdade racial precisa de uma ação de ruptura.

Sobre a questão de extermínio referenciando os jovens brasileiros, considero importante destacar, que, uma porcentagem significativa se relaciona aos jovens negros, uma vez que as taxas de violência, em sua maioria, são alocadas às populações negras. Uma outra questão a ser refletida, é a ligação de jovens negros

do ponto de vista da guerra às drogas, esta por sua vez, como uma questão que corrobora com o genocídio dos negros pela via física e notamos isto nos recorrentes noticiários com mortes de crianças e jovens negros que sequer possuem relação com o tráfico de drogas, mas que são vítimas do confronto entre o Estado e os grupos paralelos que surgem por contradições na trajetória da sociedade brasileira.

O resultado final desta guerra é o genocídio negro, seja no assassinato direto do Estado, seja no racismo institucional negligenciando o acesso às políticas sociais ou no encarceramento em massa como controle. Em ligação a este pensamento:

A política de aprisionamento em massa adotada pelo Brasil nas últimas décadas, em sintonia com o aumento da repressão ao tráfico de drogas, acarreta efeitos perversos mais dramáticos, diante das circunstâncias peculiares aos países em desenvolvimento (BOITEUX, 2006, p. 232-233).

Alguns exemplos dos confrontos contraditórios entre Estado x narcotráfico vitimaram crianças e jovens como a menina *Àgatha*²⁷ que brutalmente foi assassinada por policiais em operação no complexo do alemão na cidade do Rio de Janeiro. Uma realidade tão cruel, tão dura e que é comum no Brasil. O que faz com que não choque a grande parcela da sociedade, exceto quem milita nos movimentos negros e quem repudia o funcionamento da sociedade baseada na raça,

o mundo colonizado é um mundo dividido em dois. A linha divisória, a fronteira, está indicada pelos quartéis e pelos postos da polícia. Nas colônias, o interlocutor válido e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o polícia e o soldado (FANON, 1961, p. 33).

Como expõe Menegat (2006), o capitalismo feito de crises se apresenta na profunda barbárie, o que mostrado pelo real na sociedade brasileira, torna nítida a brutalidade que parte de um contínuo genocídio,

houve mudanças na manifestação da “regressão à barbárie” que podem ser observadas no desenvolvimento histórico mais recente do capital permitindo-nos falar numa tendência permanente à barbárie – não mais momentânea -, com traços conceituais mais nítidos do que nos períodos precedentes. Esses traços podem ser entendidos a partir do contexto no qual se dá hoje a valorização do capital, que tem dividido todos os países do mundo em nichos de incluídos e legiões de excluídos, trazendo as formas de uma regressão que vai das manifestações da cultura de nossa época até o debate da política, em que o irracionalismo volta a irromper com uma desenvoltura não imaginada nas primeiras décadas do pós II Guerra Mundial (MENEGAT, 2006, p. 27).

Fazendo uma breve ligação ao conceito de necropolítica de Mbembe (2014), em que para o autor, o Estado lida com as populações negras na base da política de

²⁷ Notícia trágica do assassinato de uma criança negra oriunda das contradições da intervenção do Estado no narcotráfico. FONTE: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/23/entenda-como-foi-a-morte-da-menina-agatha-no-complexo-do-alemao-zona-norte-do-rio.ghtml/>.

morte, onde estes grupos em tese ferem a “saúde” das populações que estão inseridas nas relações da sociedade burguesa. O autor critica o conceito de “biopolítica”, que para Foucault (1975), o Estado (após queda das instituições absolutas) introduz uma perspectiva de “saúde” no que tange a sociedade burguesa, onde é adotada uma postura de conservação de corpos saudáveis para a reprodução do capital. Nesta ótica, o corpo seria o primeiro objeto de apropriação do capitalismo e para garantir a reprodução da ordem burguesa, a saúde da população passa a ser considerada como uma política do Estado. Porém, Foucault não discorre de maneira aprofundada sobre o lado da morte (genocídio), debruça-se na vida.

“O eixo de sustentação da economia brasileira advinha do processo de escravização. Nesse sentido, a primeira mercadoria do colonialismo, e seu posterior desenvolvimento capitalista no país, foi o corpo negro escravizado” (BORGES, 2019, p. 39). A partir de Mbembe (2014) com o conceito de “necropolítica” pode-se compreender a dimensão da morte. Pois, partindo de uma ideia pautada no positivismo, o Estado neoliberal nega e aniquila tudo aquilo que incide sobre a “saúde” da sociedade, o que incluem aqueles que estão à margem, sobretudo dos que propõem a descontinuidade do sistema capitalista, uma vez que o corpo da sociedade precisa ser conservado. Nesta lógica, tudo que é considerado subversivo para esta sociedade, então a destruição o Estado o faz. Isto significa dizer que o Estado difunde uma política de assassinato (que é instaurada ainda no colonialismo) daqueles que fogem do controle do capital. Neste sentido, devemos criticar tal postura, nos extermínios das populações negras, indígenas e periféricas na contemporaneidade.

Partindo das discussões sobre soberania, biopoder e biopolítica, abre um campo de reflexões que toma a vida e a morte como um traço da política e como categorias fundamentais e palpáveis para compreensão da modernidade, suas vicissitudes e crises atuais (LIMA, 2018, p. 27).

Vale mencionar também, que a contribuição do autor na configuração da necropolítica, esta por sua vez, não é propagada somente na atualidade, mas sim originária do colonialismo e no escravismo. É um enfrentamento racista, em que a dimensão da racialização de uma superioridade racial tal como a Alemanha nazifascista (mas que a originalidade da necropolítica antecede a segunda guerra), é especialmente oriunda das relações escravocratas. É importante não dissociar o conceito expresso pelo autor de todo genocídio gerenciado pela colonialidade, a tal necropolítica mencionada é o próprio extermínio praticado pelo homem branco e colocado às populações negras e indígenas no capitalismo dependente.

Esta realidade que paira na atualidade, são reflexões das relações escravistas, onde as populações negras se concentram nas comunidades e periferias. Onde estes locais servem de pontos estratégicos e que controlam os negros nos espaços das periferias. Por outro lado, enquanto o que seriam os senhores, hoje denominados de latifundiários e capitalistas, estes localizam-se fora dos espaços de confronto a qual estão as pessoas negras. Isso significa dizer que os moldes da sociedade brasileira hoje, é uma nova roupagem do escravismo,

[...] o que se chamou de borra da escravidão é jogado à periferia do modelo e esse processo violento de marginalização é justificado pela simbologia dominante de que o bom é o branco. Junte-se, portanto às limitações estruturais inerentes ao modelo de capitalismo dependente uma simbologia alienadora que coloca o Negro como o elemento negativo da realidade, para se poder compreender o traumatismo que o atingirá em seguida (MOURA, 1983, p. 134).

Para concluir este capítulo, compreendemos então, que a formação sociorracial se baseia deste amálgama de acontecimentos histórico-sociais trazidos aqui e constitui uma sociedade que é pautada no racismo estrutural no âmbito do capitalismo dependente, além do pensamento de uma democracia racial que ignoram condicionantes histórico-sociais. Para uma apreensão crítica da constituição da formação brasileira, não podemos ignorar o racismo e principalmente não o considerar como peça chave das relações sociorraciais na nossa realidade. Como expõe Araujo (2020), o racismo deve ser entendido como um fundante da sociedade de classes, principalmente no que tange a América Latina enquanto periferia do capital:

Assim, essa relação do racismo entendido como subproduto da sociedade de classes, é camuflado nas relações sociais em sentido perceptível quando depara-se com dados e estatísticos que denotem “cientificidade” - como no contingente de desemprego compulsório, mortalidade, encarceramento e salários irrisórios - que dão conta de sinalizar para real existência desse sistema. É desse forte hiato de lesões que parecem incuráveis e segue marcante nas relações sociais mesmo passados 132 anos de um movimento de “rompimento” formal que foi a escravidão (ARAUJO, 2020, p. 37).

Contudo, conluo esta reflexão compreendendo a necessidade de uma transversalidade no que tange ao debate racial a fim de construirmos enquanto sociedade, horizontes emancipatórios em que as opressões sejam erradicadas e para isto precisamos olhar mais delicadamente para a questão étnico-racial. A luta antirracista é também anticapitalista, porém a erradicação do capitalismo não garante o fim da opressão racial.

CAPÍTULO III

3. A formação profissional e a incorporação fragmentada das relações étnico-raciais no Brasil no âmbito do Serviço Social

3.1. Breve histórico da emergência do Serviço Social no Brasil e a inserção secundarizada da questão étnico-racial: Limites, avanços e desafios

Configuremos novamente acerca da “questão social” debatida pela categoria profissional, para que possa fundamentar nossa análise no que confere ao início do Serviço Social no Brasil frente a racialização da classe trabalhadora e a influência do racismo para difundir o “mito da democracia” racial já discorrida nos capítulos anteriores.

Segundo Netto (2001, p. 42), a expressão “questão social” refere-se ao processo de pauperização que começou no século XIX na Europa ocidental, onde agravou -se a pobreza ao mesmo tempo em que a produtividade humana era capaz de engendrar riquezas. Um fenômeno antes inexistente na história, uma vez que nas sociedades anteriores, a pobreza adivinha em resultante da escassez, baixa capacidade humana de produzir riquezas e baixo desenvolvimento das forças produtivas sendo comum toda produção ser aniquilada por catástrofes naturais. Neste sentido, a pobreza e a desigualdade tornam-se diferentes no capitalismo, pois, o desenvolvimento das forças produtivas é elevado a um patamar de produção nunca antes alcançado, onde se tem a capacidade de produzir em massa, o que torna a escassez irrelevante para o entendimento da pobreza inerente a este modelo, com isto, “Pela primeira vez na história registrada, a pobreza cresce na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42).

Nessa perspectiva, a pobreza no âmbito do capitalismo é contraditória e não é um processo natural. Ou seja, a “questão social” é dada pelo processo de pauperização ocasionados pela contradição capital-trabalho,

a expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo (NETTO, 2001, p. 42).

Trazer alguns pontos de introdução para que se entenda o conceito de “questão social” pela ótica desta profissão, é fundamental para que possamos melhor debater acerca do tema que desenvolvemos até este ponto do trabalho.

O Serviço Social como profissão surge em um momento específico do capitalismo central, onde a fase concorrencial é sucedida pela ordem do monopólio, dando as condições histórico-sociais para que surgissem necessidades de intervenção tais como as dos Assistentes Sociais;

é somente na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teórico-culturais que tangenciamos nas seções precedentes que se instaura o espaço histórico-social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão (NETTO, 2011, p. 69).

Para Netto (2011), o Serviço Social foi constituído como profissão na medida em que o Estado capitalista responde às lutas da classe trabalhadora, como medidas de controle, visando um profissional que lide com as demandas do proletariado na condição de um “agente” mediador de políticas sociais na funcionalidade de um trabalhador assalariado.

Segundo Netto (2011, p. 72) “o Serviço Social se constitui como profissão inserindo-se no mercado de trabalho, com todas as consequências daí decorrentes (principalmente com o seu agente tornando-se vendedor da sua força de trabalho)”. Tal perspectiva denotam as circunstâncias às quais o Serviço Social adentra como profissão na divisão social e técnica do trabalho²⁸. Com este panorama de processos conjunturais, Netto (2011) deixa explícito que não é meramente o Serviço Social por si que se coloca como profissão no mercado de trabalho, mas sim que as condições das transformações na sociedade burguesa, expuseram um terreno fértil para a emergência da profissão. Entretanto, é somente na tentativa de enfrentamento da “questão social” por parte do Estado, é que o Serviço Social emerge profissionalmente. Além disso, não há de negar a influência católica no que tange ao Serviço Social europeu, pois, é na perspectiva católica de reparação social que a profissão toma seus rumos e influência o Serviço Social brasileiro. Por outro lado, a influência do Serviço Social norte Americano, se dá à medida em que surgem necessidades para difundir uma cientificidade nas respostas das demandas colocadas pelos usuários.

No Brasil, o Serviço Social se constitui como profissão na divisão social e técnica do trabalho, no momento ainda do capitalismo industrial brasileiro, onde as expressões da “questão social” se alavancam no decorrer das transformações do

²⁸ Considerando as particularidades da formação da sociedade brasileira, pensemos que não se trata de uma divisão social do ponto de vista apenas da classe, mas também da dimensão de uma divisão social, racial e sexual do trabalho. Este prisma fortalece nosso entendimento da particularidade brasileira.

sistema capitalista e abolição da escravatura. Mais precisamente na década de trinta do século XX, onde a partir do Estado novo, movimentou-se o surgimento das instituições assistencialistas. Por aqui, a prática profissional nasce cercada por um sincretismo que acompanha toda a trajetória do Serviço Social desde suas protoformas. No Brasil, o Serviço Social foi influenciado tanto pelo bloco católico nas bases da profissão na Europa, quanto pelo positivismo típico da fundamentação teórica da América do norte.

O dito por Yamamoto (2014) como Serviço Social tradicional, que seria a apropriação do neotomismo²⁹ no âmbito da profissão, que levava à prática profissional com enfoque no catolicismo, onde o/a Assistente Social tinha um papel moralizador com as populações usuárias no que converge a uma perspectiva culpabilizadora e naturalista. O negro não esteve isento desse processo, pelo contrário, se há uma ideologia dominante que busca endossar o que verdadeiramente foi o escravismo, esse pensamento certamente moldou o “enfrentamento” da “questão social” no Brasil pela profissão numa ótica conservadora, onde sequer era mencionada a particularidade da racialização a qual condiciona as populações negras pobres na base mais aviltante das relações de produção. Ferreira (2010) menciona acerca do surgimento do Serviço Social no Brasil no momento de ampliação das instituições assistenciais ligadas ao projeto do Estado novo, nesse sentido o Serviço Social surge no Brasil também com,

[...] com ênfase para o projeto reformista conservador vigente no Serviço Social tradicional –, como na propalada ideologia racial dominante, conjugação da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial (FERREIRA, 2010, p. 14).

Nesta reflexão de Ferreira (2010), consideramos então, que, o Serviço Social não esteve fora da reprodução do pensamento dominante, reproduziu o mito da democracia racial, além na atualidade, ainda existem Assistentes Sociais que reproduzem esta lógica, exatamente pelo racismo ser estrutural e estruturante como explicita Almeida (2019). Apenas houveram mudanças no cerne da profissão no momento em que, a própria dinâmica conjuntural de grande mobilização popular, dos movimentos negros pautando debates pertinentes à discussão étnico-racial e os

²⁹ A doutrina católica que subsidiou o olhar do Serviço Social brasileiro para realidade aviltante, naturalizava a desigualdade, a pobreza e a fome na ótica de uma naturalidade onde uns precisam ser ajudados em uma perspectiva filantrópica, mas que não havia poder crítico suficiente para uma análise do real identificando tais problemas advindos do recente término do escravismo, bem como do avanço capitalista.

grandes avanços na categoria profissional, que vieram da luta histórica das Assistentes Sociais negras que incumbiam o debate racial na profissão como mostra que,

Em que pese os importantes avanços na profissão em relação ao debate étnico-racial ao longo de sua trajetória – cuja principal contribuição nesse processo foi/é das Assistentes Sociais negras que vem pautando incansavelmente esse debate desde o VI CBAS em 1989 –, pelo fato de não ser uma discussão ainda consolidada no processo de formação profissional e possuir expressivas lacunas, ainda hoje encontramos profissionais que reproduzem o mito da democracia racial (MOREIRA, 2020, p. 87).

O Serviço Social tradicional reproduziu a lógica eugenista, ora que, as condições das populações não eram consideradas do ponto de vista racial,

estando o pensamento eugenista impregnado nas entranhas mais profundas da sociedade, ele se estabeleceu como referência para normatização das relações desiguais entre os grupos racializados e a profissão não ficou alheia a essa realidade, pelo contrário, foi peça fundamental desse processo. Nesse aspecto, a naturalização da condição desumana que vivenciava a população negra, não apenas contribuiu para a falta de percepção crítica pelo Serviço Social da sua condição de pobreza e espoliação na sociedade, como também cooperou para que a profissão naturalizasse a pobreza negra enquanto fruto de uma suposta baixa moralidade entre os/as negros/as (MOREIRA, 2020, p. 90).

Ferreira (2010) salienta que:

o que os assistentes sociais em tela entendiam por padrão familiar apropriado ou ajustado (pai provedor, mãe dona de casa, filhos legítimos) nunca chegou a se generalizar no Brasil. Desde a diáspora africana as famílias negras originais foram esbatidas [...] a “família negra” é um padrão que não se constituiu. Não se constituiu, é necessário dizer, segundo os ditames convencionais da definição da família modelar [...] O modelo de família estável e higiênica, que só poderia ser ideal, era contraposto ao das “famílias populares” (uniões não legalizadas, grande número de filhos, pais desempregados, mães trabalhando fora, crianças criadas soltas pelas ruas, casas de habitação coletiva) que os assistentes sociais encontravam em seus postos de trabalho. O choque entre uma e outras famílias é exatamente o objeto do ajustamento levado a termo pelos assistentes sociais (FERREIRA, 2010, p. 153 APUD MOREIRA, 2020, p. 90).

O racismo institucional se dá nas relações institucionais, pois o mesmo “não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça” (ALMEIDA, 2019, p. 37-38). Com isto, fomenta a reprodução das relações raciais também no âmbito do Estado, nessa perspectiva, o Assistente Social naquele processo histórico como um “agente do Estado”, tendencialmente estava sujeito a jogar as desvantagens causadas pelo racismo ao próprio negro.

A chave começa a virar a partir do movimento de reconceituação³⁰ na profissão, onde surgem condições de crítica ao sistema capitalista, que por esta via, possibilitaram estudos acerca das temáticas raciais.

Sobre a reconceituação, em suma, segundo Netto (2015), foi sobretudo um movimento Latino-Americano que questionavam as bases tradicionais da profissão, que de modo algum foi um movimento singular, pois, haviam pautas que divergiam entre si.

Nos interessa aqui, analisar rapidamente o que o autor compreende como “intenção de ruptura” no movimento de reconceituação. A intenção de ruptura foi um movimento que questionava a conjuntura da ditadura empresarial-militar, bem como as bases tradicionais da teoria social da igreja católica e todo conservadorismo existente na profissão e na sociedade. O que implicou como oposição e tentativa de ruptura com a perspectiva modernizadora positivista³¹ e a fenomenologia³². O movimento da intenção de ruptura cresce enquanto massa crítica no âmbito da universidade, que, contraditoriamente foi uma requisição/demanda do Estado autocrático burguês na necessidade de ampliar a burocratização do fazer profissional do Assistente Social, bem como de uma cientificidade,

emergindo no quadro da estrutura universitária brasileira na primeira metade dos anos 1970, sua formulação inicial, e aliás a mais abrangente, tem por cenário a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, esta perspectiva aí permanecerá como marginal até o fim daquela década, só na virada do decênio é que ganha repercussão para além dos muros da academia e começa a rebater com visibilidade nos foros e organismos da categoria profissional, tornando-se, em meados da década de 1980, um interlocutor tão destacado no debate dos Assistentes Sociais (NETTO, 2015, p. 315).

A hegemonia da intenção de ruptura na renovação do Serviço Social enquanto profissão, que compreende a dinâmica do movimento da sociedade capitalista a partir de seus fundamentos históricos, interligada a tradição marxista, ocorre a partir de 1979 no III congresso brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), o congresso da virada.

³⁰ Sugerimos a leitura do livro “Ditadura e Serviço Social” do autor José Paulo Netto, obra fundamental para compreender a trajetória da profissão naquele dado período, onde ocorrem mudanças na sociedade brasileira, que se reverberaram na categoria.

³¹ O movimento de reconceituação não foi hegemônico, haviam Assistentes Social que se identificavam com a perspectiva modernizadora, que incorpora as teorias positivistas do Serviço Social Norte-Americano e por meio de práticas funcionalistas buscavam legitimidade na categoria profissional em detrimento ao Serviço Social católico.

³² A fenomenologia adentra no âmbito do Serviço Social como uma vertente em oposição tanto à perspectiva modernizadora, quanto a intenção de ruptura, dando uma nova roupagem ao conservadorismo que a perspectiva modernizadora não rompeu.

O III CBAS evidenciou um direcionamento da categoria em defesa dos interesses da classe trabalhadora. A compreensão acerca do Assistente Social enquanto trabalhador assalariado, bem como a criação da pós-graduação em Serviço Social e as pesquisas levadas aos espaços de discussão, configuraram as novas direções políticas do Serviço Social. Concordamos com a colocação de Moreira (2020) na medida em que,

o III CBAS que ocorreu em 1979 ficou conhecido como “Congresso da Virada”, visto que se trata do marco público, coletivo e emblemático de ruptura com o conservadorismo no interior da profissão e demarca o momento em que ela anuncia publicamente seu compromisso com a classe trabalhadora (MOREIRA, 2020, p. 93).

Neste cenário, o Serviço Social direcionou-se em defesa das lutas das classes trabalhadoras e subalternas, entendendo a liberdade como valor ético central a partir de seu código de ética de 1993. É neste momento que de fato a profissão move caminhos de uma incorporação no que tange ao debate racial, ainda que careça de avanços e centralidade. A questão étnico-racial aparece de certa forma pela primeira vez, no código de ética de 1993 como conseguimos notar:

Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 2011, p. 23-24).

Eurico (2013) demonstra que o código de ética de 1993 foi o momento onde estabeleceu a percepção da não discriminação como um dos princípios éticos:

O Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado em 1993, é o primeiro código profissional do Serviço Social que introduz a questão da não discriminação como um de seus princípios fundamentais. Isso remete a uma reflexão acerca da importância atribuída à ética e aos direitos humanos no interior do projeto ético-político a partir dos anos 1990, fortalecendo as bases para o desenvolvimento de um debate sobre a questão étnico/racial no cotidiano do assistente social (EURICO, 2013, p. 293)

Todo esforço da categoria para construção de um código de ética que entendesse a liberdade como valor ético central, bem como entendesse as problemáticas dos preconceitos enraizado na sociedade que fomentam a luta das profissionais negras como coloca Moreira:

Isso potencializou a luta histórica das Assistentes Sociais negras, que já construíam a luta antirracista e feminista, e evidenciou a importância da articulação com os movimentos sociais não apenas como uma forma de denúncia das condições indignas que historicamente acometem a população negra, mas também como forma de contribuir na proposição de políticas públicas (MOREIRA, 2020, p. 93).

Vale ressaltar que as lutas antirracistas no âmbito da profissão, não surgem de uma hora para outra como objetos de debates dos Assistentes Sociais. Sobretudo, a discussão da questão étnico-racial está presente antes mesmo do congresso da virada, pois, como salienta Netto (2015), o movimento de reconceituação não foi homogêneo, nessa perspectiva, podemos considerar então por parte da categoria, uma invisibilidade dos profissionais que pautavam o antirracismo antes das diretrizes curriculares de 1996,

Ademais, considerando a ideologia colonial-escravocrata presente na sociedade brasileira, que a todo momento reproduz e contribui com o processo de manutenção do racismo, e que a profissão não está isolada dessa realidade, essas disputas de projetos também são atravessadas por essa ideologia racista e trazem ressonâncias no interior da profissão – o que no movimento de reconceituação, pode ter causado a invisibilidade dessa pauta (MOREIRA, 2020, p. 95).

Segundo Almeida (2013, p. 231-232 apud MOREIRA, 2020, p. 95):

Tem um registro histórico que até hoje não consegui recuperar. Trata-se de uma edição exclusiva do CEAP sobre o centenário da Abolição na qual uma foto registra a presença do CRAS na capa da revista. Segurávamos um cartaz com o texto: “Pela vida, pela paz, racismo nunca mais. CRAS – 7ª Região”. É necessário resgatar esse registro. O que eu quero dizer com essa memória é que a participação das assistentes sociais nesse movimento marca o pioneirismo da profissão e da regional do Rio de Janeiro nessa luta.

As diretrizes curriculares (1996)³³ da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, marcam um grandioso momento na história do Serviço Social, em que, pela primeira vez, trata-se a questão étnico-racial nas entidades representativas da profissão,

o processo de construção das diretrizes curriculares empreendido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) na década de 1990 foi fruto de grande mobilização do coletivo profissional. Foram vários os fóruns de debate realizados pelo conjunto da categoria em todas as regiões do país. Docentes, pesquisadores e discentes discutiram a elaboração de uma nova proposta para o projeto de formação profissional com vistas à elaboração de currículo mínimo para o curso de Serviço Social (ROCHA, 2014, p.91).

Sem dúvidas, as diretrizes curriculares trouxeram possibilidades e avanços, neste cenário, tornou-se possível difundir no âmbito acadêmico as problemáticas do debate racial. Porém considerar as diretrizes curriculares sem debruçar-se nos

³³ As diretrizes curriculares é um documento que norteia os cursos de graduação em Serviço Social e que expressa todo amadurecimento da categoria profissional, regido de um extenso debate que envolveu todas as entidades do Serviço Social. É um momento que fundamenta o compromisso com as lutas populares no entendimento do Assistente Social enquanto trabalhador assalariado na divisão social e técnica do trabalho, bem como da função social do fazer profissional.

movimentos de ruptura com o conservadorismo, se mostra insuficiente para uma análise acerca disso.

Como mencionado nas páginas precedentes, o Serviço Social traçou rumos em defesa dos interesses das classes trabalhadoras a partir do III CBAS e instaurou em 1993 um código de ética que fomenta um amadurecimento teórico, que visa construir um projeto profissional vinculado à defesa intransigente da democracia, liberdade, bem como dos projetos da classe operária. Este cenário definitivamente foi determinante para que as lutas das Assistentes Sociais negras fossem compreendidas na perspectiva de incorporação das lutas das classes populares. Precisamos destacar aqui, que, a construção deste amadurecimento profissional, sem sombra de dúvidas, tem a defesa das populações negras por parte das profissionais negras antes mesmo das diretrizes curriculares. Ribeiro (2004), traz um panorama dos debates étnico raciais no âmbito do Serviço Social datados a partir do VI CBAS no ano de 1989 “onde profissionais ligadas à temática étnico-racial e aos movimentos negros e de mulheres negras propuseram-se a apresentar teses sobre o tema” (RIBEIRO, 2004, p. 149). Ainda com Ribeiro,

com isso fortalece-se a referência de que a complexidade da incorporação dos problemas oriundos da desigualdade de oportunidade do ponto de vista étnico-racial pode e deve ser reconhecida em todas as situações onde se trata da implementação de políticas públicas, neste caso com foco no Serviço Social” (RIBEIRO, 2004, p. 153).

As diretrizes curriculares de 1996 vem como uma documentação que delimita o perfil profissional que o Serviço Social quer construir a partir de seu amadurecimento teórico-metodológico. Visando as mudanças que ocorrem no direcionamento da categoria para os currículos de formação profissional. É nesse contexto dos anos noventa que o Serviço Social desenvolve seu projeto ético-político³⁴ que busca o rompimento com as mazelas da ordem burguesa a fim de construir coletivamente com toda sociedade civil, um novo modelo de organização social sem opressões de classe, raça, gênero, sexualidade e religiosidade. Concordamos com Netto (1999), pois,

esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas, daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos

³⁴ O projeto ético-político constitui todo desenvolvimento do Serviço Social expressos no código de ética de 1993, Lei de regulamentação profissional (1993) e diretrizes curriculares da ABEPSS (1996). São documentos que norteiam a atuação dos Assistentes Social, buscando a partir da dimensão teórico-metodológica a análise do real que possa dar conta das demandas dos usuários e que vá além para elaborar em seu fazer profissional vinculado a uma posição política buscando propostas e respostas emancipatórias.

indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (NETTO, 1999, p. 15).

No entanto, ainda que o Serviço Social vincula-se com o projeto societário das classes trabalhadoras, ainda carece de uma transversalidade no que confere à temática étnico-racial por toda categoria profissional. A tese de doutorado de Rocha (2014) expõe de maneira excepcional, as lacunas que o Serviço Social tem no sobre o debate étnico-racial, durante a formação profissional e nas pesquisas da pós-graduação. Defender o projeto ético-político e romper com o conservadorismo é fundamental, para isto, a transversalidade do debate étnico-racial precisa estar vinculada para além do campo identitário. O que é um erro, uma vez que a classe trabalhadora no Brasil tem cor e essa cor é determinante nas relações sociais nesta ordem societária, onde a cor/etnia impõe posições desfavoráveis, fazendo com que negros necessitem mais da política de Assistência Social do que brancos, pois,

indicadores e pesquisas apontam que o público majoritário atendido pela Assistência Social é constituído por mulheres negras (IPEA, 2011). Dos titulares do Programa Bolsa Família, 73,88% entre homens e mulheres são negros. Sobre o total geral de beneficiários titulares do programa, 93% são mulheres e 68% negras, o que denota quem são os que da política de assistência social necessitam. (DATA SOCIAL, 2015).

Rocha (2014) traz dados de uma entrevista realizada por Pinto (1986) para seu trabalho de conclusão de curso, em que Pinto (1986) levanta um percentual de profissionais questionados acerca das produções teóricas com temáticas vinculadas à questão étnico-racial e resultou em:

Quais são os livros de Serviço Social que você conhece que abordem a questão étnico-racial? (...) revelaram que 93,4% não conheciam nenhum livro de Serviço Social que abordasse as questões étnico-raciais. Apenas uma das entrevistadas respondeu que lera um artigo a respeito na Revista Serviço Social e Sociedade. Todavia, no momento de elaboração desta pesquisa, essa revista encontrava-se no nº 21, mas em nenhuma delas encontrei referências às questões étnico-raciais, bem como nas demais revistas, cadernos e livros de Serviço Social (PINTO, 2003, p. 171 apud ROCHA, 2014, p. 98).

A baixa contribuição com temas relacionados a questão étnico-racial não submeteu somente ao histórico conservadorismo do Serviço Social, uma vez que após hegemônico atual também houveram pouquíssimas pesquisas como afirmado por Rocha (2009):

Na produção bibliográfica: livros e coletâneas, o eixo “Etnia/raça” é abordado em cinco obras (2,25%), ocupando a décima colocação no ranking dessa modalidade de produção acadêmica. Esses números decrescem um pouco mais quando as autoras analisam os eixos temáticos em capítulos de livros (2001-2003). Nessa modalidade de

produção o eixo “etnia/raça” tem três produções (0,81%), ocupando o 14º lugar (ROCHA, 2009, p. 554-555 apud ROCHA, 2014, p. 99).

Não há dúvidas que a perspectiva crítica que o Serviço Social incorpora a partir da tradição marxista trouxeram contribuições para o amadurecimento da categoria, bem como de um debate ético mais amplo que o código de ética de 1986, na ótica da liberdade como valor ético central, a qual dá a possibilidade de escolha do usuário entre alternativas concretas. O código de ética de 1993 e a lei de regulamentação da profissão, impulsionaram mudanças que moldaram toda trajetória conseguinte. Com as diretrizes curriculares de 1996, possibilitaram o aprofundamento das relações contraditórias na ordem do capital e da compreensão crítica da formação da sociedade brasileira, o que entra a dimensão do racismo como determinante sociorracial. Foram avanços que explicitam toda luta das profissionais negra. Porém, ainda há uma resistência na categoria a qual não proporciona a leitura do racismo numa perspectiva transversal, que, converse com a formação profissional do ponto de vista das análises das políticas sociais, bem como dos fundamentos teóricos do Serviço Social.

Pensar uma formação de futuros Assistentes Sociais que irão trabalhar com as variadas expressões da “questão social” sem mencionar os determinantes e condicionantes históricos que incidem nas populações negras na totalidade do racismo, impulsionam reproduções racistas que impossibilitam o cumprimento do projeto ético-político, bem como de uma práxis emancipatória que entenda a totalidade das relações sociais no Brasil.

Sabe-se que as populações negras, depois de um ciclo histórico específico, são as maiores “beneficiárias” das políticas sociais hoje. Nesse sentido, entender os condicionantes que colocam pessoas negras como os que mais necessitam de políticas sociais, entendendo toda contradição da política social, se coloca como fundamental na intervenção do/a Assistente Social, compondo em suas ações, elementos norteados por um arcabouço teórico que culmine na compreensão do racismo em sua totalidade. O que entra não apenas a dimensão do racismo estrutural, mas sobretudo do racismo institucional, do preconceito criado socialmente às pessoas negras e de todo genocídio que a sociedade burguesa proporciona aos negros e povos indígenas.

O conservadorismo nunca foi de fato rompido na profissão, o que proporciona um grande problema para a construção democrática do projeto ético-político, que o

Serviço Social movimentou em um itinerário marcado por debates e pesquisas por toda a categoria.

Do ponto de vista da fragmentada temática étnico-racial no âmbito da formação profissional, por esse elemento desconexo com toda formação do Assistente Social, torna-se assim, um problema para consolidarmos o enfrentamento do racismo agudizado pela “questão social”. A transversalidade do debate racial é necessária na formação profissional para uma contribuição do Serviço Social no enfrentamento complexo das expressões da “questão social” e que se agudizam com ela tal qual o racismo, por isto:

A temática étnico-racial está inserida como tópico de discussão no núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Todavia, por entendermos este um elemento estruturante na formação das relações sociais, a questão da raça e etnia pode também ser tratada como tema transversal em diferentes núcleos (ROCHA, 2014, p. 96).

O pensamento conservador não se eximiu da profissão, de tal sorte que a relação cotidiana do trabalho profissional, se seguido por um viés pragmático, potencializa a presença do conservadorismo, que é também racista, no fazer profissional, o que acaba por ser insuficiente para a defesa dos interesses das classes subalternizadas, trazendo como um desafio para consolidação das relações étnico-raciais na formação profissional e no cotidiano do Assistente Social.

Se o enfrentamento ao conservadorismo se hegemonizou e nos permitiu construir o Projeto Ético-Político Profissional, não significa que ele o extirpou da profissão, até porque este se constitui, se desenvolve e se materializa em relações sociais permeadas e alimentadas cotidianamente pelas determinações sociais fundadas no pensamento conservador, já apontadas. Conforme mencionado, nossa luta contra o conservadorismo vem enfrentando, nas últimas três décadas, um contexto de forte ofensiva capitalista, no contexto de uma crise mundial, com mudanças que impactam diretamente na classe trabalhadora e nos seus projetos de superação da ordem burguesa (BOSCHETTI, p. 642).

Trazemos aqui, alguns exemplos no que tange ao conservadorismo nunca erradicado na profissão, que em consonância com a fragmentada questão étnico-racial na formação profissional, traz aos Assistentes Sociais, uma lacuna que não dá conta de responder as demandas dos corpos racializados³⁵, bem como fomenta a ideologia dominante e corrobora para o genocídio que é viver como corpos racializados nesta sociedade como um processo de genocídio contínuo. Por meio do pensamento de Boschetti (2015), entende-se que,

³⁵ Consideramos a perspectiva de “racializado” do ponto de vista dos corpos possuem a raça/etnia enquanto fator determinante na sua condição enquanto sujeito.

o conservadorismo nunca esteve ausente da profissão e se alimenta no tempo presente por determinações societárias que fortalecem seu avanço. É uma perspectiva que defende que o conservadorismo é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena (BOSCHETTI, 2015, p. 637).

Como exposto por Boschetti (2015), o conservadorismo existe na sociedade capitalista como um mecanismo de determinações sociais e reafirmação desse modelo societário. Na profissão, não houve a erradicação do conservadorismo, uma vez que estamos inseridos diretamente como profissionais alocados para o enfrentamento da “questão social”, em outras palavras, embora o Serviço Social tenha tomado rumos contrários a opressão seja ela de qual for a origem, o conservadorismo permeará na categoria, dado ao lugar de profissão no contexto do capitalismo. O que queremos dizer com isto, é que o cotidiano profissional é atravessado pelo conservadorismo e o enfrentamento do racismo no fazer do Assistente Social, exigem indagações antirracistas.

No entanto, como discorreremos ao longo do trabalho, a formação em Serviço Social, coloca a apreensão da questão étnico-racial de forma fragmentada e não transversal. E isto se expressa de diversas maneiras.

Essa secundarização do debate em questão no âmbito do Serviço Social, é também evidenciada pela construção de nação baseada nos resquícios moldados ainda no escravismo, o que atrelado à perspectiva do racismo institucional culpabiliza dos sujeitos negros. Como exposto por Silva Filho (2004), exige um esforço a ser tomado pela categoria, onde existe um aumento significativo de discentes negros à procura do Curso de Serviço Social, em que tempos atrás a relação entre a profissão e as populações negras se reverberava na lógica de profissional e usuários das políticas sociais. Este contexto é importante e necessário de ser discutido, onde há um movimento de profissionais negros que defendem a centralidade da questão étnico-racial na formação e que por todo processo sócio-histórico, precisa ser absorvida de modo qualificado. De acordo com estudo de Silva Filho (2004), as/os Assistentes Sociais formadas/os, pela ESS-UFF, assim como a maioria dos profissionais graduados nas Universidades Públicas e Privadas do Brasil, não apreendem saberes sobre a questão do negro na nossa sociedade. Mas podemos modificar essa situação denunciando esta falha no nosso sistema de ensino, seja universitário seja na formação de professores e no ensino fundamental e lutando para sua inclusão.

Segundo uma enquete realizada pelo CRESS-SP na gestão 2017-2020³⁶ com a campanha “Assistentes Sociais no combate ao racismo”, em que na pesquisa, alguns dados foram levantados, dentre eles, os quatrocentos e vinte seis profissionais que responderam a respeito da identificação de situações de racismo aos usuários em seu cotidiano profissional, 49% responderam que sim, presenciaram situações de racismo contra usuários, enquanto 51% respondem que não. Resultados como este, em que a maioria informa não ter presenciado situações racistas aos usuários não devia ser cenário tão comum, dado que o Brasil é um país extremamente racista e o racismo institucional não está isento nos espaços de trabalho dos Assistentes Sociais. Podemos considerar esses dados com a seguinte interpretação, onde no âmbito da formação profissional o debate étnico-racial não possui centralidade, uma vez que é pensado como recorte e não há um aprofundamento. Logo, não compreender a dinâmica do racismo institucional pela falta de uma bagagem teórico-metodológica coerente, se torna difícil um posicionamento ético-político contrário a tal situação.

Se caso esse percentual que garantem ter presenciado situações de racismo não tiveram uma ampla visão no que confere a uma transversalidade da questão étnico-racial na formação profissional, uma vez que os currículos dos cursos de graduação em Serviço Social, apesar dos avanços³⁷, ainda não denotam as contradições da formação sociorracial brasileira em sua totalidade. Assim, podemos pensar na hipótese de que os dados de situações de racismo são proporcionalmente maiores que o exposto pelos profissionais na pesquisa. Além disso, fazendo um paralelo com os que responderam que não presenciaram, consideramos aqui o pensamento dominante do mito da democracia racial, onde no senso comum desta sociedade constituída pelo racismo, encontramos a perspectiva falsa de uma igualdade de oportunidades entre corpos racializados e brancos.

Como mencionado, o Serviço Social nas suas bases tradicionais foi atravessado por tal perspectiva e ainda na contemporaneidade há reproduções do mito da democracia racial por parte de alguns profissionais. Sob este horizonte, a falta

³⁶ Campanha do conjunto CFESS-CRESS “Assistentes Sociais no combate ao Racismo”. Enquete realizada pela gestão 2017-2020 CRESS-SP entre 20/11/2018 à 20/04/2019. Disponível em: <http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Enquete-Comite-Combate-ao-Racismo.pdf>.

³⁷ Relacionamos os avanços do debate racial na profissão, muito por conta das(os) Assistentes Sociais negras(os).

da centralidade do debate étnico-racial no Brasil torna-se um obstáculo para o Assistente Social.

Contudo, não possuir uma visão crítica que enxergue as contradições da sociedade, bem como do racismo estrutural, está suscetível a reprodução desta lógica. Além de não enxergar a totalidade do racismo, o que no seu ambiente profissional será essencial para leituras no que se refere a problemática racial.

A pesquisa também constatou que 35% dos profissionais não utilizam o quesito raça/cor nos atendimentos. A questão do quesito raça cor não deve estar numa reprodução corriqueira meramente informativa, mas sim na égide de enfrentamento do racismo estrutural, norteando ações que combatam o racismo institucional, por isso,

há, ainda, por parte dos profissionais, dificuldade em perguntar a cor/raça à população atendida, bem como por parte do usuário que, além da dificuldade de se autodeclarar, desconhece a importância e finalidade dessa informação (ROCHA, 2009, p. 548).

Um outro ponto factual da pesquisa do CRESS-SP, diz respeito às discussões da temática étnico-racial em sua prática profissional, onde 61% informam não haver e 39% informam que sim. Estes dados evidenciam a falta de apropriação do tema, explicitam os caminhos questionáveis que não pensam no perfil racial no escopo dos projetos de intervenção.

Para uma práxis emancipatória, a apropriação da questão étnico-racial precisa estar conectada com a relação do capitalismo dependente. Isto significa dizer que, a apropriação da temática étnico-racial deva ser transversal no âmbito do Serviço Social, desde a formação profissional aos programas de pós-graduação.

Pensar a raça no que diz respeito aos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social se faz fundamental para a leitura do real, sobretudo da realidade brasileira.

A tradição marxista possui grandes intelectuais negros que pensam a dinâmica do racismo e do capitalismo, a exemplo disso identificamos no Brasil grandes nomes como Clóvis Moura, pensador do funcionamento do capitalismo e do racismo no Brasil, bem como Assistentes Sociais negros que debatem a temática.

Há possibilidades de fazer a cotidianidade do Assistente Social, como um local de erradicação do racismo, dos estigmas carregados pelas populações negras e vincular-se a um projeto antirracista, pois,

No Serviço Social o posicionamento ético e a ação política concreta são fundamentais para que o trabalho profissional não se perca nas ações

imediatistas e irrefletidas. A superação da realidade excludente e discriminatória com vistas à erradicação do racismo, do preconceito e da discriminação racial precisam ser uma das bandeiras de luta do coletivo profissional (EURICO, 2011, p. 96-97).

A problematização de tal perspectiva, está no campo acadêmico e espaços de discussão da categoria há décadas e ainda é subalternizada por um viés racista, tal qual o ideário dominante, configura-se portanto, como uma disputa política no interior do Serviço Social. No entanto, é possível romper com o pensamento dominante no âmbito da profissão, por isso, a formação profissional precisa de uma transversalidade do debate étnico-racial em todos os espaços da formação, não apenas vinculando-se à disciplinas específicas de questão étnico-racial ou que debatam a formação social brasileira. Necessita de uma ampliação para o debate das políticas sociais, dos fundamentos teórico-metodológicos e cotidiano profissional.

3.2. Os caminhos em construção na incorporação da questão étnico-racial: Possibilidades para o curso de Serviço Social da UFRRJ

Como exposto linhas acima, as diretrizes curriculares ocasionaram um ponto específico e necessário na reconfiguração da formação profissional, colocando pela primeira vez, a necessidade de erradicação das desigualdades atribuídas aos eixos raça/etnia. Para fortalecer nossa análise, nos debruçaremos um pouco nos dados expostos na tese de Roseli Rocha.

Entendemos que a formação profissional necessita de especificidades, pois, a partir das diretrizes curriculares compreende-se que cabem aos currículos acadêmicos uma ampla perspectiva crítica, que aliado a transversalidade do debate étnico-racial, potencializam as mediações profissionais, as análises da realidade, bem como a dimensão política do fazer profissional e significado social da atuação. Neste sentido,

[...] os currículos de graduação em Serviço Social devem conter: disciplinas básicas, disciplinas optativas e/ou eletivas e atividades complementares. São oferecidas a partir de uma lógica de integralidade, em uma perspectiva de totalidade, superando a ideia de currículo como um conjunto de disciplinas isoladas e conteúdos muitas vezes extensos e fragmentados (ROCHA, 2014, p. 104).

Embora identificamos nas diretrizes curriculares a necessidade de compreensão acerca das relações étnico-raciais, não existe um currículo dos cursos de graduação em Serviço Social que seja antirracista, ou seja, que esboça intenção de uma formação antirracista na perspectiva de totalidade, mas sim, currículos que abordam a temática de maneira fragmentada e com disciplinas isoladas. Segundo as

análises de Rocha (2014), dos vinte e cinco currículos analisados em sua tese, trinta e nove disciplinas referenciam temas relacionados à questão étnico-racial, no entanto, apenas treze disciplinas possuem títulos que deixam explícito acerca das temáticas. Segundo a tese de Rocha (2014, p. 106) “das 39 disciplinas identificadas nos currículos como as que abordam o tema raça e etnia, apenas 13 já enunciam esse conteúdo em seus títulos”. O fato de trinta e nove disciplinas dos currículos analisados pela autora fazerem menção aos eixos raça e etnia, mas somente treze já explicitarem em seus títulos a proposta da disciplina pode denotar a baixa procura pelos temas, visto que as outras vinte e seis possuem alguma relação, mas não deixam expostos nos títulos para que o engajamento pela procura de tais disciplinas sejam maiores, o que causa um desconhecimento do que determinada matéria se propõe.

Segundo Rocha com relação disciplinas com temáticas dos movimentos sociais,

o movimento negro aparece como um tema a ser estudado em apenas quatro currículos, o que, de alguma forma, está na contramão das diretrizes curriculares, especialmente no que tange ao tópico de estudo “Movimentos Sociais e Classes Sociais”, que aborda Relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários (ROCHA, 2014, p. 107-108).

Um estudo realizado no Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), constatou que nos currículos dos cursos de graduação em Serviço Social das Universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro filiados pela ABEPSS, apenas quinze disciplinas estão voltadas para os temas das relações étnico-raciais, além disso, dentre essas disciplinas, todas limitam-se ao campo do racismo com as populações negras, não mencionam outras questões como por exemplo dos povos indígenas, quilombolas, cultura, movimento negro e reforma agrária.

Percebemos uma tendência com estas constatações, que, quando há presença de disciplinas sobre raça e/ou etnia, ficam acopladas ao racismo, além de não haver uma transversalidade com os temas da política social e os fundamentos sócio-históricos do Serviço Social. Embora tenhamos discutido nos itens anteriores um pouco da relação da estrutura racista e a crise do capital, elencando pontos que evidenciam essa relação intrínseca entre capitalismo e racismo. É importante destacarmos que a necessidade de uma revisão nos currículos não deve ser tratada apenas como uma questão teórico-metodológica, mas também sobre uma posição enquanto categoria profissional, sobretudo uma questão ético-política e que deve ser reverberada a partir da dimensão técnico-operativa.

Como expõe Rocha (2014), é com grande urgência que o Serviço Social necessita absorver o debate das relações étnico-raciais numa perspectiva crítica, principalmente por sua atuação de intervenção nas diversas expressões da “questão social”, entendendo as populações negras enquanto grupos historicamente discriminados, com direitos violados e principais alvos de ações de violência e controle do Estado.

Os profissionais que atuam em defesa do fortalecimento do Projeto ético-político profissional, tendo como referência teórico-política o pensamento crítico marxista, ao se eximirem desse debate correm o risco de: primeiro, contribuir com a manutenção de relações discriminatórias e de ampliação das desigualdades sociais em decorrência do racismo e suas múltiplas expressões na realidade brasileira; em segundo, de deixar brecha para que outros referenciais teórico-políticos, de cunho conservador ou pós-moderno, apropriem-se dessa discussão e ocupem grande parte dos recursos político-pedagógicos (referencial bibliográfico, atividades de extensão e de pesquisa etc.) utilizados como instrumentos de formação. Ou seja, ou a categoria profissional incorpora essa discussão, dando relevo ao tema a partir de uma perspectiva teórico-crítica, ou deixará que esse debate seja realizado de forma a-histórica e descolada das múltiplas determinações históricas e materiais (ROCHA, 2014, p. 109).

Mesmo que ainda não haja unanimidade por todo escopo da categoria profissional em relação a incorporação das temáticas étnico-raciais, há um esforço constante de profissionais que pesquisam Serviço Social e relações étnico-raciais no Brasil e entre outras temáticas relacionadas. Isto se expõe no decorrer dos últimos anos com os aumentos de trabalhos relacionados à raça/etnia. Onde se desdobra no âmbito acadêmico de forma positiva e um marco nesta etapa da luta por um Serviço Social antirracista. Nesta perspectiva não poderíamos deixar de mencionar o SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL – SNFPMESS 2020, denominado de “A virada agora é preta”. O SNFPMESS é um marco político na trajetória da profissão, onde pela primeira vez coloca-se a questão étnico-racial como pauta central de debate na ENESSO (EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL).

Pensando em toda trajetória percorrida pelos Assistentes Sociais para que a categoria absorva o tema em questão de modo transversal a partir das exemplificações expostas no decorrer deste TCC, é de suma importância mencionar alguns possíveis caminhos para a construção de um currículo antirracista para o Curso de Serviço Social da UFRRJ. Com isto, faremos breves considerações de como se sucede a construção do curso de Serviço Social na UFRRJ e em função do debate

trazido ao longo deste estudo, nos interessa entender como se colocam o debate étnico-racial no curso.

A principal ideia para esta etapa era construir um questionário, que, pudesse dar conta de responder como os alunos do 5º período em diante compreendiam a importância do aprofundamento do tema em questão na formação profissional dos Assistentes Sociais e sobretudo como o tema está presente no curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. No entanto, em meio aos empecilhos do período pandêmico, a ideia do questionário foi deixada de lado, mas, para não deixar passar uma das etapas principais deste trabalho, será trazido um breve relato pessoal, enquanto estudante e estagiário.

Por que a UFRRJ?. Primeiramente por se tratar da Universidade de nossa formação que se constrói este trabalho de conclusão de curso. Além disso, por ser o único curso de Serviço Social público na Baixada Fluminense, região com suas contradições e que as expressões da “questão social”, bem como a própria dinâmica do racismo se fazem presentes na vida cotidiana e na execução das políticas sociais.

O Serviço Social na referida instituição é um curso novo, foi pensado desde 2011, sua primeira turma iniciou-se no segundo semestre do ano de 2015 e os primeiros formaram-se no segundo semestre do ano 2019. O corpo docente do curso é composto por somente cinco professoras Assistentes Sociais, sendo uma de outro departamento, enquanto os demais docentes não possuem formação em Serviço Social. O baixo número de professores Assistentes Sociais se expressa tanto no fato de ser um curso novo buscando sua consolidação, quanto por ser parte de uma – Universidade pública na Baixada Fluminense –. Instituição pública de ensino superior, em que devido aos processos conjunturais no atual (des)governo, o MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO) proporcionou cortes agressivos para educação, o que dificulta a efetivação de novos docentes. Além de questões que envolvem uma complexidade de coisas que cabem em uma análise mais ampla da conjuntura atual e não é esse o foco.

Contudo, a relevância de mais professores Assistentes Sociais, denota uma lógica fundamental nas atribuições privativas do Serviço Social, onde somente Assistentes Sociais podem ministrar disciplinas, cursos e dentre outras coisas ligadas diretamente à profissão.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar,

organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação (BRASIL, 1993).

Nesta perspectiva, sem um número expressivo de professores com formação em Serviço Social, acaba por tornar o processo formativo menos qualificado, principalmente se pensarmos na apropriação do debate étnico-racial e Serviço Social.

Analisando brevemente o atual currículo no site do curso de Serviço Social da Universidade Rural, das trinta e nove matérias obrigatórias, quatro consideram raça/etnia no seu conteúdo programático, mas, somente duas disciplinas mencionam as categorias raça/etnia diretamente na ementa.

A primeira intitulada de “Relações Étnico-Raciais e Diversidade Cultural” e a segunda com nome de “Classes Sociais e Movimentos Sociais”.

A disciplina “Relações étnico-raciais e diversidade cultural” é inteiramente voltada para o tema, porém, possui apenas 02 créditos com um total de 30 horas. Segundo a ementa da disciplina acessada no site do curso:

Cultura e hibridismo cultural. O conceito de diversidade e a sua incidência no mundo atual. Cultura afro-brasileira e indígena. Configurações dos conceitos de raça, de etnia e de cor no Brasil. Políticas de Ações Afirmativas (UFRRJ, 2015, p. 1).

Tal ementa se mostra coerente na perspectiva de “relações étnico-raciais”, onde a disciplina, ao menos na ementa, ultrapassa os limites do racismo com as pessoas negras e se mostra propensa a abordar assuntos das diversidades culturais. No entanto, de forma alguma se relaciona com o Serviço Social, quiçá ser transversal na formação profissional, o que entrariam as políticas sociais, os fundamentos sócio-históricos e entre outros temas essenciais que paira o processo formativo do Assistente Social. Além disso, entendemos que não será uma disciplina específica que irá dar conta de toda problemática a ser construída por toda formação. Embora, consideramos importante reconhecer a importância que a disciplina obrigatória possui, uma vez que não é tão comum o debate étnico-racial se mostrar como obrigatoriedade na formação, mas que sobretudo na maioria das vezes se restringe às disciplinas optativas em outros currículos. E também vale fomentar o mérito do corpo docente

que pensou o Curso de Serviço Social da UFRRJ, entendendo que não é uma tarefa fácil e que não buscamos aqui critica-los ao ponto de ferir suas competências profissionais, mas de criticar a maneira como se coloca à disciplina ofertada.

Com relação à disciplina “Classes Sociais e Movimentos Sociais”, possui 04 créditos num total de 60 horas. Embora a ementa inclua sutilmente os eixos raça/etnia, o foco da disciplina é abordar a perspectiva e conceito do debate teórico de classes sociais e movimentos sociais como propõe na ementa e diz que:

A disciplina tem como objetivo abordar o debate teórico e conceitual sobre classes sociais, sociedade civil e movimentos sociais. Além disso, propõe analisar os desafios contemporâneos que envolvem as camadas subalternas e as configurações dos movimentos sociais na realidade brasileira, dando ênfase nas determinações de classe, gênero e raça/etnia (UFRRJ, 2015, p. 1).

Pessoalmente falando, o currículo do Serviço Social da Rural, embora possua uma disciplina específica para abordar as temáticas envoltas da questão étnico-racial, ainda carece de transversalidade. Nos nossos anos de formação (2017-2022), observamos enquanto estudantes do curso na presente Universidade, que os esforços da categoria profissional, tem refletido em um solo fértil, uma vez que na Rural do Rio de Janeiro, o curso já surge com uma disciplina que dá atenção exclusiva ao debate étnico racial, mesmo com falta de transversalidade. Em nossa trajetória acadêmica, absorvemos pouco do potencial que iminentemente o Serviço Social tem de contribuir com uma formação profissional antirracista, mas essa baixa apropriação enquanto alunos se dá nos próprios limites impostos ao currículo e não exatamente algum tipo de questão deficitária individual. Vale salientar que, por si, o currículo do curso não nos despertou uma apreensão profunda acerca da dinâmica do racismo, logo, se torna comum um entendimento enviesado da questão e que provavelmente não tem um potencial mínimo de entregar aos discentes uma discussão da questão étnico-racial em sua totalidade e sobretudo atrelada ao Serviço Social.

As reflexões que foram trazidas neste TCC no que concerne a discussão étnico-racial, muito se coloca para além do espaço da sala de aula, sendo um arcabouço teórico que advém das experiências de militância, de estágio e outras que estão para além das disciplinas no Serviço Social da Rural. No entanto, como há uma crescente demanda por uma formação profissional antirracista em torno de toda categoria, bem como um processo específico de “consciência racial” de pessoas negras no Brasil e no mundo. Nesta direção, é hora de construir novas perspectivas para o curso nesta Universidade e seguir os rumos que a profissão tem tomado nos últimos anos. Porém,

isto não deve ser uma tarefa exclusivamente do Serviço Social da Rural, mas de todo Serviço Social no Brasil. Concordamos com Rocha (2014), onde,

[...] mais do que “fotografar” a realidade da incorporação da temática étnico-racial pelo Serviço Social, o importante nesse processo é contribuir para que a discussão étnico-racial, com toda a sua riqueza e sua dimensão histórica, saia dos porões acadêmicos e assuma espaço de visibilidade e importância político-acadêmica nas pesquisas de pós-graduação, nas atividades de extensão universitária e, sobretudo, no processo de formação profissional (Rocha, 2014, p. 165).

Ressaltamos mais uma vez, que este trabalho não tem finalidade de esgotar toda problemática, mas sim de fomentar a necessidade de uma formação profissional antirracista para o Serviço Social e contribuir com o debate para o curso na nossa Universidade de formação.

4. Considerações finais

Este trabalho de conclusão de curso buscou trazer à tona, em seu início, alguns elementos que evidenciam a relação intrínseca entre capitalismo e as relações étnico-raciais que, juntas, fundamentam as condições paupérrimas alocadas às populações negras historicamente. Tal relação foi conduzida no intuito de explicitar a urgência que o Serviço Social tem de apreender o debate étnico-racial na perspectiva de totalidade, compreendendo as complexidades históricas para alinhar a uma formação crítica e antirracista.

Foi fundamental trazer o debate com criticidade, deslindando as nuances que ecoam desde a formação sociorracial e sobretudo da própria história do conceito de raça, uma vez que, sem tais componentes, debruçar-se sobre a historicidade do racismo e das relações étnico-raciais como um todo, se torna suscetível a uma discussão rasa. O que evidentemente não queremos, já que o reducionismo ocasiona por vias uma compreensão sem potencial teórico-prática, tornando um prato cheio para apropriação do pensamento conservador, que por sua vez limita o debate étnico-racial ao identitarismo sem uma práxis radicalmente antirracista.

Buscou-se também elencar alguns pontos que norteiam as necessidades dos Assistentes Sociais, no cotidiano profissional, compreenderem quem majoritariamente são seus usuários e o porquê. Como salientamos ao longo deste estudo, romper com uma perspectiva de secundarização se faz necessário, visto que desde a efetivação das diretrizes curriculares, não se objetiva um currículo focalizado e fragmentado. Sobretudo somos orientados pelos documentos e entidades representativas da profissão, a compreender a formação em Serviço Social como totalidade, é nesta perspectiva de um profissional antirracista que discorreremos ao longo do trabalho, neste sentido,

considerando que a questão étnico-racial se constitui como um elemento estruturante das relações sociais e, assim, deve ser apreendida com profundidade e em toda a sua complexidade histórica, é subjacente a necessidade de materializar nos currículos e nas propostas pedagógicas (PPCs) um conjunto de disciplinas e atividades de ensino, pesquisa e extensão que promovam na graduação e pós-graduação uma gradativa e efetiva superação da secundarização ou “tematização” da questão étnico-racial na formação, muitas vezes apreendida no viés culturalista e/ou como um segmento a ser abordado no conjunto da sociedade (ABEPSS, 2018, p.19).

Por fim, elucidamos a trajetória percorrida pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, desde o seu surgimento e trouxemos

apontamentos para pensarmos coletivamente as possibilidades de um currículo antirracista.

Sendo o único curso de Serviço Social público da baixada fluminense, e não apenas por isso, mas por se tratar da casa a qual nos forma. Com isto, pensarmos a formação das/os Assistentes Sociais construídos por esta Universidade é essencial para este trabalho. Tecer críticas direcionadas ao currículo do curso na nossa universidade, nos permite apontar os limites da formação e discutir possibilidades acerca disso. Na UFRRJ, o curso de Serviço Social possui um grupo de estudos intitulado de NEGGRA³⁸ (NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO, GERAÇÃO E RAÇA/ETNIA) que promove discussões e pesquisas com os eixos raça/etnia, além de debater as questões de geração e gênero. A criação deste núcleo de estudos é favorável para o curso e tem grande potencial de contribuir para os debates acerca da questão étnico-racial na formação profissional, bem como na reavaliação do currículo. É por esta via que o curso de Serviço Social da Rural pode potencializar a formação das/os Assistentes Sociais formados por ela, rompendo com a fragmentação, bem como expandindo o debate para além da sala de aula, incorporando nos grupos de extensão e pesquisas.

Gostaríamos de parabenizar todos os esforços e avanços das profissionais negras que trazem à luz este tema desde a intenção ruptura com o conservadorismo profissional, pois, sem a contribuição destas profissionais o Serviço Social careceria ainda mais sobre o tema.

A categoria tem construído caminhos para tornar o tema transversal e existe um esforço histórico de profissionais negras que precisa ser observado e levado em consideração. Contudo, tornar transversal é perpassar toda formação profissional, configurado por toda tríade ensino, pesquisa e extensão, bem como também deve fazer parte da pós-graduação.

Os desafios são grandes, no entanto, é imprescindível que o Serviço Social brasileiro absorva tal debate na perspectiva crítica, como maneira de fortalecer o perfil profissional que se construiu com a luta e as discussões de profissionais comprometidos com o projeto hegemônico. Evitar que a temática étnico-racial passe

³⁸ O NEGGRA não possui um site próprio, mas possui veículos de contato com e-mail e uma conta no Instagram.

E-mail: negrra.rural@gmail.com

Instagram: @neggra.ufrrj

por um viés conservador, acrítico, que não considere as mazelas do capitalismo aferidas às populações negras é de extrema necessidade. As discussões acerca da questão étnico-racial exigem fundamentações críticas, que transcendam o campo identitário, que embora seja necessário pensarmos, é insuficiente para uma leitura que busca a totalidade para uma práxis radicalmente antirracista. A perspectiva crítica do Serviço Social e a questão étnico-racial precisam, juntas, ir ao encontro de um projeto societário fundamentalmente anticapitalista e antirracista. Neste sentido, esforços de toda categoria profissional são necessários, visando reavaliações nos currículos, propondo uma formação inteiramente ligada à realidade social de intervenção das/os Assistentes Sociais nos variados campos de atuação do Serviço Social Brasileiro.

5. Referências bibliográficas

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social** (com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, nov. 1996.

ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. Vitória, dez. 2018. Disponível em <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf>. Acesso em março de 2022.

ALMEIDA, Magali da Silva. Entrevista com Magali da Silva Almeida. JANOÁRIO, Ricardo de Souza; ROCHA; Roseli; DIAS; Sheila (entrevistadores). **Libertas**, v. 13, n. 1, 2013.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo. Jandaíra, 2019.

AMARAL, George. **A CATEGORIA TRABALHO EM MARX: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE SUA CENTRALIDADE ONTOLÓGICA**. Disponível em <[Microsoft Word - 20141012234730.docx \(unesp.br\)](#)>. Acesso em setembro de 2021.

ARAUJO, Clara Azevedo de. **RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL NA CONSTRUÇÃO DA APROPRIAÇÃO TARDIA E O COTIDIANO PROFISSIONAL DIANTE DAS CONDIÇÕES DA POPULAÇÃO NEGRA**. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

BRASIL. Regulamentação da profissão lei Nº 8.662. Brasília, 1993. Disponível em <http://cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf?msckid=516c68e3b5e611ec89d6a6606ed01257>. Acesso em abril de 2022.

BOITEUX, Luciana. **CONTROLE PENAL SOBRE DROGAS ILÍCITAS: O IMPACTO DO PROIBICIONISMO NO SISTEMA PENAL E NA SOCIEDADE**. Tese (doutorado em direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

BRETAS, Tatiana. **Notas introdutórias sobre a financeirização no capitalismo dependente brasileiro**. No prelo, 2021. Disponível em <https://drive.google.com/drive/folders/1I2lwisjfSQmNz_TcMOnpNstK3dSIYPLb>. Acesso em setembro de 2021.

BRITO, Luciana. Ibejis, alegrias e juventude negra em profunda tristeza. 2019. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2019/Ibejis-alegrias-e-juventude-negra-em-profunda-tristeza>>. Acesso em setembro de 2021.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**.- 10ª. ed. Brasília, 2011.

CORATO, Carmen. **Formação social brasileira: interface com as relações raciais**. Revista em Pauta, Rio de Janeiro - 2º semestre de 2020 - n. 46, v. 18, p. 38-51.

CRESS. **Assistentes Sociais no combate ao racismo**. São Paulo, 2018. Disponível em <http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Enquete-Comite-Combate-ao-Racismo.pdf>>. Acesso em outubro de 2021.

CRESS-MG. **Racismo, Estado penal e guerra as drogas**. Boletim Online Conexão Geraes. ANO 4 | N. 16 | OUT/NOV/DEZ DE 2019. Disponível em: <https://cress-mg.org.br/Upload/Pics/df/df67f10a-642b-4f27-a3de-ba1fb201b58c.pdf>. Acesso em fevereiro de 2022.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 14, p. 290-310, abr./jun. 2013.

EURICO, Márcia Campos. **QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL**. Dissertação (mestrado em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011).

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador. EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Lisboa. ULISSEIA, 1961.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976), (trad. De Maria Ermantina Galvão). São Paulo; Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Curso no Collège de France (1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947)**. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

FERREIRA, Gracyelle. **Raça e Nação na origem da política social brasileira**: União e resitência dos trabalhadores negros. Tese (doutorado em Serviço Social) – Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Recife, 2003. Disponível em <https://docs.google.com/file/d/0B46vjiRI8hGuQzF2Y3hrSGVfRkk/edit?resourcekey=0-7wzaEl6ukCfTLrwArdhHlg>>. Acesso em abril de 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro, 209. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>>. Acesso em outubro de 2021.

IPEA. **Atlas da violência 2020**. Brasília, 2020. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/92/atlas-da-violencia-no-campo>. Acesso em setembro de 2021.

LIMA, Fátima. **Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v70nspe/03.pdf>>. Acesso em abril de 2022.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos**: Crise do Capital e pandemia: A “questão social” atravessada pelo racismo, p. 31-48, Campinas, 2021.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. Brasil, 1999. Disponível em <<https://neppec.fe.ufg.br/up/4/o/manifestocomunista.pdf>>. Acesso em setembro de 2021.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo. Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achilli. **Crítica da razão negra**. Portugal: Antígona, 2014.

MENEGAT, Marildo. **O Olho da Barbárie**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MOREIRA, Tales. **Serviço Social e Questão Étnico-Racial**: apontamentos históricos do debate na trajetória da profissão. *Sociedade*. Em Debate, 27(1), 83-100. Disponível em <<https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2812>>. Acesso em outubro de 2021.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois. Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. **ESCRAVISMO, COLONIALISMO, IMPERIALISMO E RACISMO**. Afro-Ásia, n. 14, 1983. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/moura/1980/03/21.pdf>>. Acesso em: setembro de 2021.

MOURA, Clóvis. **REBELIÕES DA SENZALA**. – 4.^a ed. – Porto Alegre. Mercado Aberto, 1988.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. Perspectiva S.A, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: Processo de um racismo mascarado. – 1.^a ed. – São Paulo. Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro. PAZ E TERRA S/A, 1978.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Brasília, 1999. Disponível em <https://ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf>. Acesso em outubro de 2021.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. – 8.^a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. – 17.^a ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**: Revista da associação brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Brasília, ano, n. 3, p. 45, (jan/jul). 2001.

PEREIRA, Ellen Caroline. SAMPAIO, Simone Sobral. **A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n133/0101-6628-sssoc-133-0432.pdf>>. Acesso em setembro de 2021.

PINTO, Elisabete Aparecida. **O Serviço Social e a questão étnico-racial**: um estudo de sua relação com usuários negros. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

RIBEIRO, Matilde. As abordagens étnico-raciais no Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 79, p. 148-161, 2004.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A INCORPORAÇÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO PROCESSO DE FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: AVANÇOS E DESAFIOS**. Tese (doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ROCHA, Roseli da Fonseca. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. **In: Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 99, p. 540- 561, jul./set. 2009.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social**: Particularidades no Brasil. São Paulo. Cortez, 2012.

SILVA FILHO, José Barbosa da. **A Questão do Negro No curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.